

BOLETIM



WARNING!



ATENÇÃO!

O Nó Górdio profissional!

Nº7

2005

ESD SENSITIVE



CÂMARA
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS

ENCONTRO DA FIGUEIRA DA FOZ

2005

encontra neste número
temas e artigos
história e estórias
formação e informação

EDITORIAL	1
RECORDANDO	2
PARA ALÉM DA PROFISSÃO	4
HOMENAGEM	5
ENCONTRO DA FIGUEIRA DA FOZ 2005	5
O DESPACHANTE OFICIAL COM AS ALFÂNDEGAS, NO AMBIENTE DE FUTURO	
GABINETE TÉCNICO DE APOIO	20
NOTÍCIAS INTERNACIONAIS	23
NOTÍCIAS NACIONAIS	24
FORMAÇÃO	27
WWW.GLOBAL-TRADE-ALLIANCE.COM	27
LISTAGEM DE DESPACHANTES OFICIAIS	28
REFLECTINDO	32

ficha técnica

Propriedade:
CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

DIRECTOR
Dr. Fernando Carmo
CONSELHO DE REDACÇÃO
Avelino da Rocha Ribeiro
Luis Veiga Pires
Tito Baião
GRAFISMO
Porfírio Silva
IMPRESSÃO
ADI

TIRAGEM
1.000 Ex.

DEPÓSITO LEGAL Nº

editorial



Prezado Colega,

A capa do nosso Boletim pretende fazer-nos reflectir, através da imagem, numa eventual situação do “Nó Górdio” profissional que importa ser cortado.

A locução “cortar o nó górdio”, no sentido de solucionar enérgicamente um problema difícil, alude à maneira resoluta como Alexandre Magno em 334 A.C., no Templo de Zeus, desfez o nó górdio aí existente. A paga pelo êxito da tarefa seria, segundo o oráculo, o domínio da Ásia, o que aconteceu.

Porque as mudanças geram normalmente alguma intranquilidade, admito que face à evolução da nossa actividade, como se anuncia, o Colega a possa igualmente sentir.

A informatização da exportação e posteriormente da importação, tudo no âmbito do novo ambiente informático da União Europeia, a adopção e utilização de novos conceitos como a “Single Window”, a “One Stop Shop”, a “Centralized Clearance”, a aquisição do estatuto de “Operador Económico Autorizado” e as consequentes e indispensáveis alterações do modo tradicional de exercício profissional, podem numa primeira análise, constituir como que uma espécie de “nó górdio”.

Não creio que assim seja, bem pelo contrário.

Desde que, e esta será a tarefa fundamental a ser assumida por todos, nos compenetrems do sentido real das mudanças e saibamos agir em conformidade e segurança, acabaremos todos por concluir que, eventualmente, delas não decorrerá senão um perfeito posicionamento de todos, no lugar que nos compete na cadeia do comércio internacional, mesmo globalizado.

Com ou sem “nó górdio”, não consta da história que os Despachantes Oficiais alguma vez não tenham sabido ultrapassar as situações que tem de enfrentar.

Com a amizade do

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Francisco', written in a cursive style.

recordando

Antes da nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia existiam nas nossas Alfândegas três tipos de processos técnicos: - a Consulta Prévia; a Divergência e a Contestação.

A Consulta Prévia tinha quase o mesmo objectivo que tem hoje a IPV (Informação Pautal Vinculativa), ou seja o importador, tendo dúvidas sobre a classificação de uma determinada mercadoria expunha as mesmas à Alfândega, que depois lhe indicava, através do Tribunal Técnico de 1ª Instância, a classificação apropriada.

Acontecia a Divergência quando, eventualmente, o Sr. Verificador e o Sr. Reverificador de determinada mercadoria divergiam quanto à classificação da mesma. Também aqui a decisão final cabia ao Tribunal Técnico.

Finalmente na Contestação havia uma disputa pautal entre a classificação do importador, através do seu despachante, e a dos funcionários intervenientes, sendo também os tribunais técnicos a decidirem a contenda.

Em qualquer dos três casos, todavia, havia obrigatoriamente que colher o parecer técnico de uma estrutura que se chamava a "Conferência dos Reverificadores", onde, como o próprio nome indicava, tinham assento todos os reverificadores da Alfândega em questão (Lisboa ou Porto). Dizíamos todos nós que se tratava, com propriedade diga-se, de um Conselho de Sábios.

O poema que se segue, de autor desconhecido, que fui descobrir por entre o pó e as velharias dos nossos arquivos, é uma soberba sátira ao papel e ao ambiente que se vivia nas reuniões da dita Conferência. Seguramente, o profundo conhecimento desta estrutura que revela, que o seu autor deveria ter sido um dos seus membros, que, no entanto, desconhecemos.

VEIGAPIRES

A ALBARDAS OU UMA SESSÃO HISTÓRICA

I

Se é permitido ao verme da campina
Subir ao dorso altivo duma serra,
À candeia de chama pequenina
A pretensão de iluminar a terra,
À gaita de menino ou de menina
Tocar ao lado dum clarim de guerra,
Deixai que em verso meu se passe a limpo
Uma sessão no grande e novo Olimpo.

II

Às quinze e vinte e quatro o presidente
Desembrulha um pãozinho com chouriço;
Durante dez minutos dá ao dente
Com muitíssimo zelo no serviço;
Depois conta os vogais rapidamente,
Vê se há numero e diz "Vamos a isso".
Sentam-se todos. Passa a ler-se a acta.
Que é como de costume insonsa e chata.

III

Ninguém pede a palavra sobre a dita
Portanto considera-se aprovada.
Pausa. Um vogal assoa-se e medita;
Outro dá ao demónio tal maçada;
Boceja aquele, inclina-se, dormita;
Mais um retardatário, sobe a escada.
Abre um processo o director geral
E um caso expõe, raríssimo, anormal.

IV

-Trata-se disto apenas: uma albarda.
Sobre a qual há no Porto divergência;
O verificador citando em barda
Motivos da mais sólida ciência,
Chamou-lhe um aparelho; mas, em guarda,
Quem verificou teve a prudência
De a manter entre nas obras da matéria,
Que é na pauta uma coisa muito séria.

V

Qual a matéria então que predomina?
Pergunta o presidente; é de linhagem
Porém dentro é de palha e da mais fina;
Deve classificar-se por forragem?
Cheira, apalpa, concentra-se, examina...
E o debrum? E o diabo da ferragem?
O Conselho dirá, pesando tudo,
Que o assunto é vastíssimo e bicudo.

VI

O Carlos Silva, especialista em aço,
Declara logo que na sua empresa
Se fazem aos milhões, a cada passo,
Pregos daquela mesma natureza,
Gastando a albarda mais dum masso;
É, pois, de parecer que por defesa
Da nossa indústria, se tribute aquilo
A quinhentos escudos cada quilo.

VII

Logo o Plácido, a quem a agricultura
Merece uma atenção excepcional,
Diz que a albarda é uma cobertura
Útil e necessária ao animal;
Por que privar qualquer cavalgada
Daquela vestimenta natural
Que não só é gentil como agasalha?
Seja classificada como palha.

VIII

Acode então sereno e insinuante
O Doutor Lino Neto, que é capaz
De citar leis de trás para diante

Tal como de diante para trás.
E, vendo a direcção do fabricante
Escrita no rabicho, perspicaz
Emite o parecer que o artefacto
Não paga nada, em vista desse facto.

IX

É de origem francesa, logo isento
Pelo tratado franco-lusitano;
Pondo-se àquela albarda impedimento
Era prender o pensamento humano.
Nisto pede a palavra o pachorrento
E não menos sagaz Severiano
O qual, sendo engenheiro, é de conselho
Que não merece as honras de aparelho.

X

"E o Bonhorst que diz? Ao Sá Carneiro
Pergunta curioso o presidente.
Responde o interpelado conselheiro:
"Gastou um quilo ou mais de reagente,
Guardou-a de infusão um mês inteiro,
Viu-lhe o recheio com cuidado à lente
E primeiro julgou que fosse urtiga
Mas depois opinou que era uma liga".

XI

Calvet Magalhães, que sempre conta
Em ameno cavaco uma anedota,
Franze o sobrolho, anima-se, reponta,
Enquanto o Reis, em frente, toma nota.
Rememora num ai, de ponta a ponta,
Os artigos da pauta, pensa e vota:
Na sua autorizada opinião
Tem na presença um caso de omissão.

XII

O Curson, que em concursos é temido
E os próprios concorrentes põe a pratos
Pois lhes chega a provar que o pó de amido
De amido não é tal, mas de sapatos,
Que emaranha nos fios dum tecido
O mais esperto e audaz dos candidatos,
Verbera então as peias do tratado
Com a fera Alemanha concertado.

XIII

O Reis, que, tendo horror à carne assada
Papa ao almoço, todas as manhãs,
Um ananás ou dois de cebolada,
Com pevides, bananas e avelãs;
Que à ceia toma sempre uma paçada
De figos de escabeche com maçãs.
Propõe, visto que a coisa é permitida,
Que a parte interessada seja ouvida.

XIV

Aqui a discussão é violenta
E a todos uma ideia logo acode:
A albarda é de jumento ou de jumenta;
Pode ele ser ouvido? Não, não pode.
O director geral, a rir, comenta
Que seria um grandíssimo pagode
Mas que, enfim, poderiam convidar,
Representando a parte um alveitar.

XV

Eis Oliveira Belo na peleja
A albarda examinando; aquela palha
Para fazer as vezes de acendalha?
Azedar a contenda não deseja
Mas para ferir lume, quando calha,
Ao que se conta em livros de viagens
Até com dois pausinhos os selvagens.
Quem afirma ao conselho que não seja

XVI

Propõe que se consulte no sentido
(Como se diz em frase aduaneira)
De não ser o despacho permitido,
Não passam as albardas a fronteira;
Ficando por seu voto resolvido
Que são acendedores de algibeira,
Podendo assim, conclui como resumo,
Diminuir do fósforo o consumo.

XVII

Abre-se a porta, e sempre com atraso,
Chega o Teles Palhinha, vereador;
Vem todo esbaforido; fora o caso
Que o Pimenta de Castro, o ditador,
Se atrevera a mandar que em breve prazo
Lhe dissessem onde era morador,
Se ler sabia, quantos anos tinha
E qual o nome todo do Palhinha.

XVIII

Os anos? Não dirá nem por decreto!
A que estado de insânia se chegou!
Nunca se viu tirano mais completo!
Vá perguntar os anos ao avô!
Repete que não diz; será discreto...
Tem...vinte e cinco, fora os que mamou,
Porém para o citado gabiru
(Aponta) tem um só, mas é com U!

XIX

Gargalhada geral, piadas... Nisto
De alfinete na mão segura e cauta,
Qual bússola fiel para o previsto
Sempre arrojado e cauteloso nauta,
Descobre o presidente um fio misto
E logo evoca as instruções da pauta...
Não há que duvidar! Em roda a fita
Tem um fio de seda e bem bonita!

XX

Colombo não sentiu prazer tamanho
Ao descobrir do mar o Novo Mundo!
Nem o de Siracusa ao tomar banho
E vendo que jamais iria ao fundo!
Pois como o justo e altíssimo arreganho
Do empregado fiscal, não há segundo,
Se encontra seda, um simples fiozinho
Em lâ metido, em algodão ou linho.

XXI

"Eureka! É seda!" exclama o director.

"É seda!" gritam todos, de maneira
Que passa a voz da sala ao corredor
E "É seda!" diz o Antunes ao Vieira.
Este esbugalha os olhos, perde a côr,
Dá-lhe uma apoplexia aduaneira
Tal, que se não morreu ali de pronto
Foi porque tinha de levar o ponto!

XXII

Votou-se, enfim, por grande maioria
Que era seda e pagasse como tal,
Ficando com igual categoria
Às vestes de algum bispo ou cardeal;
Nem outra solução se percebia
No fraterno régimen actual
Em que não vale menos um burrico
Do que um Nunes da Mota ou Celorico.

XXIII

Resolvida questão com tanta glória
Ergue-se o Lino Neto de repente
E invocando de Cícero a memória
Porque o verbo lhe saía mais ardente,
Estas palavras diz, que um dia a História
Há-de escrever na folha auri-luzente
Onde gravou a frase Diamantina
Que meteu num chinelo a Catilina.

XXIV

"Oh! Que soberba e altíssima eloquência
Mensalmente aqui dentro se revela!
Que abundantes tesouros de ciência
Na questão mais humilde e mais singela!
E perde-se isto tudo! Que imprudência!
E nem para o futuro se acautela
O mel que destilamos e que apenas
Se destilava assim na velha Atenas!

XXV

Tenho ainda presentes os primores
Com que o Belo bordou, em gesto largo,
A questão melindrosa dos valores,
Fazendo a divisão do sal amargo.
Há nas escolas vários professores
Que se julgam distintos no seu cargo
Mas negros sejam eles ou mulatos
Se sabem, como o Belo de sulfatos.

XXVI

"Julgavam que existia apenas um
Sulfato de magnésio? Ó mundo ignaro!
Há três; um baratinho o mais comum
E mais dois, o terceiro muito caro.
É certo que tomados em jejum
Tem o mesmo sabor, mas caso raro!
De aí a pouco existem no bacio
Três dejeções diversas no feitiço!

XXVII

"Tenhamos dó das outras criaturas,
Não sejamos cruéis ou insensatos;
Para lição das gerações futuras
Destas sessões publiquem-se os relatos.
Proponho uma revista com gravuras

De todas as amostras, com retratos,
E para os assinantes femininos,
Uma secção, talvez, de figurinos".

XXVIII

Sentou-se, transpirando. Um grande pasmo
A todos invadiu por um momento,
Mas em breve refeitos do marasmo
Em que se lançara aquele pensamento
Romperam em sinais de entusiasmo
E num irreprimível movimento
Correra a abraçar o douto Lino
Que sorria, modesto e purpurino.

XXIX

E logo o presidente, que por vezes
Tem graça, como é público e notório,
Com modos sorridentes e corteses
Que não deixam de ser os dum finório,
Aventa que de doze em doze meses
Dê à luz o Conselho um relatório
Com todas as secções anunciadas
E mais uma coluna de charadas.

XXX

Nele hão-de figurar os mil aspectos
De tudo o que vier ao Tribunal;
Alguns, no entanto, ficarão secretos,
Ou quando sofra o brio nacional
Ou quando (e a voz abaixa, circumspecto)
Se trate de decência ou de moral.
Exemplo: de bonecas de cauchu
Ou de papel para limpar o cu.

XXXI

Bem podem os livreiros de mais fama
O seu Larousse eliminar da estante,
Como o poema do cantor do Gama
E o livro eterno do divino Dante;
Outra obra mais alta o mundo aclama:
É esse relatório triunfante
Perante o qual a Bíblia, é já sabido,
Não vale a ponta dum cigarro ardido!

XXXII

Encerrou-se a sessão. Descendo a escada
Retiram os vogais devagarinho,
Cansados da grandíssima estopada,
Segundo cada qual diz ao vizinho.
Uns dois ou três lá vão até à Arcada
Mas quasi todos vão ao jantarinho,
Pois quando a mente muito se afadiga,
A actividade alastra-se à barriga.

XXXIII

E o autor do poema entrega a pasta
Ao Mauritty, a quem cabe de direito,
Por sua inteligência funda e vasta
E porque as actas faz com tanto geito.
Mas vai dizer-lhe uma verdade e basta,
Com a devida vénia e com respeito:
Acta que ele redija é primor de obra,
Mas falta-lhe o pulso que nesta sobra.

para além da profissão

Para além da actividade profissional, o Despachante Mário de Matos Oliveira dedicou-se ao longo de 25 anos (1976-2001) ao Escutismo.

Movimento fundado em 1907 por Lord Baden-Powell of Gilwell, um brilhante oficial do exército de sua majestade britânica, o Escutismo foi a resposta de um homem logo acolhida com entusiasmo pelos jovens do seu país, para os problemas que a sociedade industrial dos finais do século XIX colocava ao nível social e cultural, de ocupação dos tempos livres e de ausência de referências morais.



O escutismo surgiu assim como uma proposta de vida em contacto com a natureza, potenciando a dinâmica própria dos jovens que se organizam em pequenos grupos (patrulhas) onde emerge um líder natural (o guia), distribuem funções entre si e buscam no auxílio aos outros e no respeito pela natureza a sua razão de existir. Daí o seu lema “BE PREPARED” (Sempre Alerta) e outra máxima de B.P. que marca a filosofia central do escutismo – **“Deixa o mundo um pouco melhor do que o encontraste”**. Foram todos estes valores que fizeram com o escutismo fosse adoptado pela Igreja Católica em Portugal em 1923, tendo-se tornado a maior organização portuguesa de juventude (CNE).

Foram também estes valores que cativaram o Despachante Mário Matos Oliveira para o escutismo. Foi fundador do

Agrupamento 467 na Charneca de Caparica, Chefe de unidade de exploradores (10/14 anos), pioneiros (14/18) e caminheiros (18/22), Chefe de Agrupamento durante 6 anos (o maior agrupamento do país com 250 efectivos), Presidente da Comissão Eleitoral Regional de Setúbal, Conselheiro Nacional e Formador de Dirigentes da Associação, onde realizou o seu primeiro curso de Formação de Formadores. Participou em centenas de acampamentos alguns internacionais e em actividades em todo o continente e ilhas.

Afastado desde 2001 do escutismo, sente ainda grande saudade da alegria dos jovens e do cansaço no corpo que juntos são a grande paga do escutismo àqueles que lhe dedicam o coração.



Associado nº 530

homenagem



Associado nº 124

Reconhecimento prestado ao Despachante Oficial Armando Augusto Trovisco Aires

O nosso Colega Trovisco Aires, foi nomeado Despachante Oficial em 20 de Fevereiro de 1975.

Logo nesse ano integrou a Direcção da Caixa de Previdência, assim se mantendo até 1980;

Depois foi eleito para o cargo de Director Secretário da Direcção Nacional até 1985;

Em 1986 e até 1991 foi sucessivamente eleito para desempenhar as funções de Vice Presidente da Direcção Nacional;

Depois, e no período que mediou entre 1994 e 2002, foi eleito Presidente do Conselho Deontológico e Fiscalizador Nacional. Deu portanto à Câmara dos Despachantes Oficiais 26 anos da sua vida.

Por tudo isto, o nosso reconhecimento por tal disponibilidade posta ao serviço da Câmara dos Despachantes Oficiais, o que faz deste nosso Colega um exemplo para a Classe.

V encontro nacional de Despachantes Oficiais

O DESPACHANTE OFICIAL, COM AS ALFÂNDEGAS, NO AMBIENTE DO FUTURO

Programa - 5 de Novembro de 2005

Abertura - Dr. Fernando Carmo

O Despachante Oficial no contexto das Relações Comerciais Internacionais - Prof. Doutor José Pedro Teixeira Fernandes

O Despachante Oficial, com as Alfândegas, no ambiente do futuro - Dr. José Figueiredo

Certificação de qualidade - Engº Duarte Figueira

Problemática da exportação electrónica - Dra. Joana Oliveira

Iniciativa e Alfândegas - Luís Veiga Pires e Mário Matos Oliveira

Programa - 6 de Novembro de 2005

O Despachante Aduaneiro e o Operador Económico Autorizado - Dr. Avelino da Rocha Ribeiro, Dr. Fernando Carmo, Luís Veiga Pires.

Potencialidades para os Despachantes Oficiais dos serviços informáticos disponíveis na CDO - Dr. Filipe Carmo

Formação e Qualidade - Dr. Tito Baião

V encontro nacional de Despachantes Oficiais

O DESPACHANTE OFICIAL, COM AS ALFÂNDEGAS, NO AMBIENTE DO FUTURO



Professor Doutor José Pedro Teixeira Fernandes,
Professor Coordenador do IS CET e Professor Auxiliar
do ISLA

O Despachante Oficial no contexto das Relações Comerciais Internacionais

PARTE I

A evolução do comércio internacional

1. Do GATT à OMC

A importância do comércio internacional como factor de prosperidade e de bem-estar foi bem compreendida no final da II Guerra Mundial. Paralelamente à instituição do FMI e do Banco Mundial foi prevista a criação de uma Organização Internacional do Comércio (OIC). Por contingências históricas o abandono dos EUA do projecto foi o **Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT)**, celebrado em Genebra, e inicialmente previsto como transitório, que funcionou a partir de 1947. Quais as características principais desse Acordo?

- i) âmbito restrito às tarifas aduaneiras;
- ii) número de países reduzido (inicialmente apenas 23);
- iii) multilateralização da “cláusula da nação mais favorecida”, ou seja, estabelecimento de um regime comercial multilateral;
- iv) rondas (*rounds*) negociais periódicas para

reduzir ou eliminar restrições ao comércio.

Ao longo das décadas seguintes o GATT registou uma importante evolução, principalmente em dois aspectos:

- i) O **número de membros aumentou significativamente (123 no Uruguay Round de 1986-1994)**;
- ii) As **negociações comerciais alargaram-se muito para além das tarifas aduaneiras (medidas “anti-dumping”, entraves não aduaneiros, propriedade intelectual, agricultura, têxteis, etc.)**
- iii) Nestas rondas foram decididas questões comerciais cada vez mais importantes para as economias nacionais (por exemplo, **o fim, em 10 anos, do Acordo Multifibras, foi decidido no Uruguay Round**).

Face a esta evolução, a ideia da **criação de uma Organização Mundial do Comércio (OMC)**, surgiu como uma **necessidade para superar as limitações do GATT, que não tinha sido concebido para um conjunto de tarefas tão vasto, nem para funcionar com número de membros tão alargado.**

2. A OMC e a globalização das relações económicas internacionais

A criação da OMC foi decidida no âmbito do *Uruguay Round* (iniciado em Punta del Este em 1986 e terminado em Maraqueixe, em 1994). A sua entrada em funções deu-se em 1 de Janeiro de 1995. O que é que esta organização trouxe essencialmente de novo?

- I) âmbito mais alargado de competências a todas as áreas potencialmente relevantes para o comércio (agricultura, serviços, aspectos da propriedade intelectual ligados ao comércio, questões ambientais relacionadas com o comércio, etc);
- ii) compromissos comerciais de carácter permanente e de pleno direito;
- iii) Órgão de Resolução de Diferendos com competências para regular os conflitos comerciais entre os membros da OMC, que evita que estes sejam protelados quase indefinidamente por alguns países, como acontecia durante o GATT.

Qual o seu programa actual de negociações comerciais?

Após o lançamento fracassado da ronda do milénio, em Seattle, em 1999 (que deu alguns momentos de glória mediática aos manifestantes anti-globalização), a OMC acordou, em 2001, em Doha, na capital do Qatar, um amplo programa negocial (a agenda de Doha).

Esta ronda negocial está a mostrar-se uma negociação bastante morosa e difícil, facto ao qual não é estranho o elevado número de dossiers em discussão, nem os interesses não invulgarmente díspares dos quase 150 países e blocos comerciais que nestas participam.

Importa lembrar que a OMC entrou em funções numa altura em que a globalização das relações económicas internacionais é cada vez mais uma realidade perceptível para todos (mas também objecto de contestação).

Mas, em concreto, o que é isto da globalização?

Várias definições têm sido propostas por diversos autores e em diferentes disciplinas académicas.

No campo que nos interessa mais directamente, a Economia, a globalização pode ser definida da seguinte maneira (Jagdish Bhagwati):

A crescente inserção das economias nacionais na economia internacional, feita através do comércio, do investimento directo estrangeiro, dos movimentos de capital de curto-prazo, dos fluxos internacionais de trabalhadores e dos fluxos de tecnologia.

Naturalmente que a crescente inserção das economias nacionais na economia internacional traz um conjunto de situações novas do ponto de vista concorrencial, quer para os países, quer para os diferentes sectores de actividade, quer para as empresas que os integram.

Mais à frente voltaremos a este assunto, analisando o caso específico dos Despachantes Oficiais e os desafios e oportunidades que enfrentam neste contexto económico.

3. A (re)emergência da Ásia na economia global

No imaginário popular, a globalização é muito conotada com os EUA e as empresas multinacionais, essencialmente as norte-americanas. Naturalmente que esta realidade existe, mas o principal facto novo a assinalar provavelmente é a (re)emergência em força da Ásia na economia global, especialmente da China e da Índia (às quais poderíamos juntar, numa outra escala, o Brasil, a

Rússia e até a Indonésia). Importa recordar alguns dados:

- i) a China com mais de 1,3 mil milhões de habitantes é o país mais populoso do mundo; se avaliarmos o seu PIB em Paridades de Poder de Compra, a China é já a segunda economia mundial, à frente do Japão; tem crescido nas últimas décadas a ritmos superiores a 8% do PIB;
- li) a Índia tem cerca de 1,1 milhões de habitantes e as previsões das Nações Unidas apontam para venha a ultrapassar a China; o seu PIB avaliado em Paridades de Poder de Compra é já superior ao da Alemanha (o que significa que esta será a 4ª economia mundial); tem crescido em média a ritmos na ordem dos 5% do PIB.

4. A integração europeia e as relações comerciais externa da UE

Um outro dado a ter em conta na economia internacional da actualidade é o da importância dos acordos de integração económica. ANAFTA, o Mercosul, a ASEAN, são alguns dos exemplos mais conhecidos. Neste contexto, a UE é o caso mais ambicioso de integração económica (e política), que inclui uma união aduaneira com a pauta aduaneira comum, um mercado comum e uma união económica e monetária cujo lado mais visível é a moeda única.

Apesar da integração económica favorecer quem está dentro da UE (o caso mais óbvio é o da agricultura), a Europa não é um espaço económico fechado ao mundo exterior. Pelo contrário, do chamado Mundo Triádico (Kenichi Ohmae) UE, EUA, Japão, é a área que mais participa no comércio mundial (cerca de 20% das exportações e importações a nível mundial).

Alguns exemplos de acordos comerciais da UE: Sistema de Preferências Generalizadas (SPG); Acordos com os países da bacia mediterrânica, a Rússia e as antigas repúblicas da União Soviética; Acordos com os Países da África Caraíbas e Pacífico (ACP); Acordos comerciais e de Associação com o México e o Chile, na América Latina, etc.



PARTE II

A actividade dos despachantes no novo contexto do comércio internacional

5. A continuidade da importância do comércio internacional

Apesar das contestações dos movimentos anti-globalização, parece-nos difícil negar que o comércio internacional continua a ser um **factor de riqueza e de bem-estar, contribuindo significativamente para o crescimento do PIB mundial. No caso português, basta pensarmos também na quantidade de produtos de todo o tipo a que não teríamos acesso em Portugal, se esse não existisse, ou fosse drasticamente reduzido.**

Naturalmente que a sua progressiva liberalização no plano internacional não está isenta de problemas para as economias nacionais e os diferentes sectores empresariais. Muito se tem falado, por exemplo, em questões como a da **deslocalização de empresas, o “dumping social” e o “dumping ambiental”**. Esses são problemas importantes e complexos e a sua análise vai além do que nos propomos nesta breve comunicação.

Vamos por isso analisar apenas as questões que mais directamente se reflectem na actividade sectorial dos despachantes.

6. O papel das Alfândegas no novo contexto internacional

Tradicionalmente a administração alfandegária dispõe de poderes de fiscalização e de controlo significativos sobre os fluxos de comércio, que lhe permitem, nomeadamente:

- **inspeccionar o frete e a mercadoria à entrada e à saída de um país;**
- **recusar a entrada de uma mercadoria ou acelerá-la;**
- **exigir informações sobre as mercadorias.**

Todavia, perspectivam-se **alterações significativas nos seus procedimentos tradicionais.**

A Organização Mundial das Alfândegas (OMA) uma organização intergovernamental onde participam 166 administrações aduaneiras que representam 99% do comércio mundial, elaborou recentemente um documento intitulado **“Quadro das normas que visam tornar mais seguro e facilitar o comércio mundial” que visa transformar-se numa convenção internacional vinculativa para os Estados aderentes onde aponta para o futuro papel das Alfândegas e dos procedimentos alfandegários internacionais.**

Há aqui duas grandes novidades (os dois pilares do novo quadro) a referir:

- o **pilar Alfândega-Alfândega:** tradicionalmente, as autoridades aduaneiras inspeccionavam o frete à chegada aos portos nacionais; a modificação que se pretende implementar vai no sentido de permitirem inspeccionar e verificar o conteúdo do frete antes da sua chegada, e passa por uma gestão integrada da cadeia logística;
- o **pilar Alfândega-Empresas:** aqui a ideia é estabelecer parcerias com as principais empresas do sector privado ligadas ao comércio externo, que permitam identificar e seleccionar empresas que oferecem garantias elevadas em termos de procedimentos de segurança; estão terão alguns benefícios, entre os quais uma maior rapidez nos controlos e formalidades alfandegárias.

7. Os desafios e as oportunidades que se perspectivam à actividade

Em face do novo ambiente do comércio internacional, com que

desafios e que oportunidades se vão deparar aos Despachantes? Naturalmente que prever o futuro é uma tarefa difícil e sujeita a erros, mas, neste caso, existem pelo menos três tendências que se podem já antever como marcantes para o futuro do sector:

a) A necessidade de formação contínua

Por tudo o que até agora foi apontado, parece-nos premente uma aposta cada vez mais forte na formação contínua, dada a rapidez das **mudanças económicas e legislativas que afectam a actividade. Só assim os Despachantes poderão não só manter-se actualizados como, de alguma maneira, antecipar tendências que se reflectirão nos seus negócios**

b) A necessidade da modernização tecnológica

A necessidade de modernização tecnológica é também uma outra tendência muito evidente. Se algumas dúvidas existissem, bastaria pensar nas alterações previstas na já referida **convenção patrocinada pela OMA, que visa tornar mais seguro e facilitar o comércio mundial, e nas suas repercussões para a profissão.**

c) O novo papel como consultor de comércio internacional

Segundo o índice de globalização feito pela empresa de consultadoria A.T. Kerney e pela revista norte-americana *Foreign Policy*, Portugal é a 15ª economia mais globalizada, à frente, por exemplo, da Espanha (17ª), da República Checa (16ª) e da Nova Zelândia (19ª). O primeiro lugar do índice é ocupado pela Irlanda e os EUA são apenas a 12ª economia mais globalizada. Isto aponta-nos também para oportunidades de negócio.

Portugal é uma pequena economia cada vez mais aberta ao comércio internacional. Por isso, há também uma oportunidade associada a estas novas tendências do comércio. A concretização desta oportunidade passa por abandonar a concepção tradicional do Despachante Oficial de tipo burocrático e **“ligada a papéis” para passar a funcionar mais como uma espécie de consultor de comércio internacional, para o resto do tecido empresarial.**

Esta é uma nota positiva que gostaria de deixar ficar aqui, pois parece-me que **os despachantes podem muito bem ser uma das actividades empresariais a tirar benefícios, neste novo contexto das relações económicas internacionais.**

7. Bibliografia

- Bhagwati, Jagdish (2002), *Free Trade Today*, Princeton-New Jersey: Princeton University Press.
- ____ (2004), *In Defense of Globalization*, Oxford-New York: Oxford University Press.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2005), *Elementos de Economia Política Internacional*, Coimbra: Almedina.
- Medeiros, Eduardo Raposo (1999), «A Organização Mundial do Comércio (OMC)» in *Mota de Campos [coord.] Organizações Internacionais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 320-379.
- Ohmae, Kenichi (1985), *Triad Power: The Coming Shape of Global Competition*, New York: The Free Press.
- Organisation Mondiale des Douanes (2005), *Cadre de Normes visant à sécuriser et à faciliter le commerce mondial*, <http://www.wcoomd.org/ie/index.html>
- WTO (2004), *World Trade Report 2004*, Geneva: WTO Publications.



Dr. José Figueiredo, Subdirector Geral da DGAIEC

O Despachante Oficial com as Alfândegas no ambiente do futuro

Permitam-me que, em primeiro lugar saúde todos os presentes, desejando-lhes um bom dia de trabalho e igualmente de convívio e dizer-lhes também, em nome do Senhor Director-Geral, que foi com grande prazer que a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo aceitou participar neste evento organizado pela Câmara dos Despachantes Oficiais com quem temos e desejamos continuar a ter um excelente entendimento, que penso ser recíproco. O tema escolhido para mote deste Encontro Nacional “O Despachante Oficial com as Alfândegas, no ambiente de futuro” é de facto aliciante porque de entre outros aspectos sugere uma abordagem no relacionamento de duas actividades que se complementam numa perspectiva de futuro.

Ao falar-se de futuro desde logo se pode adivinhar que estamos perante uma análise dinâmica, tão dinâmica como a evolução quantitativa e qualitativa do comércio internacional e as relações económicas e empresariais que lhe são inerentes.

Quem há alguns anos, não muitos, lidava com o comércio internacional, na importação, na exportação, no trânsito e noutros regimes aduaneiros usufruía de situações mais ou menos estáveis.

Hoje, fruto da globalização da economia e da concorrência, tudo se tornou mais instável, com operadores e clientes de vida mais efémera e, por isso mesmo, geradores de cuidados que outrora não se colocavam. Conhecíamos os importadores e exportadores em maior detalhe, tínhamos com muitos deles, até, uma relação de confiança.

Hoje e certamente no futuro defrontamo-nos todos, as Alfândegas e os Despachantes Oficiais, com novos produtos, mais sofisticados, novos operadores e clientes, bem como com novas e engenhosas formas de negócio.

O tema escolhido é igualmente feliz na medida em que dele se infere uma relação de partilha de responsabilidades entre Despachantes oficiais e Alfândegas. Nada há de novo nessa partilha. Nem por certo seria de esperar atitude diferente na medida em que as actividades desenvolvidas pelos senhores Despachantes e pela Alfândega são relações que se interrelacionam, que implicam um elevado índice de especialização, que se firmaram ao longo dos tempos e que, todavia, devemos manter e aprofundar.

Hoje e certamente no futuro enfrentamos problemas novos em relação aos quais temos de avaliar as nossas capacidades e a nossa dimensão na dupla perspectiva de profissionais, de Despachantes Oficiais ou funcionários aduaneiros, e de cidadãos.

E, de facto, se por um lado manda o nosso profissionalismo que pratiquemos actos de acordo com as normas instituídas, por outro manda o nosso estatuto de cidadãos que estejamos atentos e que combatamos as práticas lesivas do interesse público do Estado de direito, que combatamos todas as formas de enriquecimento ilícito, lesivas do orçamento, da economia e da concorrência sã e leal.

Como todos por certo saberão, na equipa directiva da DGAIEC está-me cometida a coordenação da área Antifraude e do Laboratório. Perdoar-me-ão, certamente, que as palavras que vos dirijo sejam marcadas por preocupações e vivências desse âmbito.

E neste domínio todos temos consciência de que para além das tradicionais técnicas de evasão e fraude aduaneira e fiscal, enfrentamos hoje novas e preocupantes ameaças para as quais devemos estar alertados e dessa forma contribuímos para as impedir.

A globalização implicou que os fluxos de mercadorias e os seus mandantes tenham de ser encarados à escala global decorrendo dela tanto as oportunidades como as ameaças, ambas as vertentes se inscrevendo igualmente num contexto global de grande complexidade e onde se jogam elevadíssimos interesses económicos e financeiros.



Práticas criminosas como a contrafacção e pirataria, o comércio de resíduos perigosos, o comércio ilegal de espécimes da fauna e flora selvagens em vias de extinção, o comércio de produtos precursores de drogas, o comércio de bens de duplo uso, o comércio de armas de destruição massiva, o tráfico de pedras preciosas e o tráfico de drogas, são actividades criminosas que conheceram nos últimos anos um crescimento acentuado.

Desenvolveram-se, entretanto, novos métodos de fraude, de maior sofisticação, executados por grupos organizados transnacionais.

As investigações e análises que têm vindo a desenvolver-se apontam estes tipos de fraude como importantes suportes financeiros de organizações criminosas internacionais, com fortes ligações a redes terroristas. Estamos, assim, perante um novo tipo de enquadramento de prática de fraudes em que, para além da apropriação dos dinheiros públicos que deviam destinar-se aos fins sociais do Estado de direito, os meios evadidos podem vir a ser utilizados para criar insegurança e gerar pobreza.

A comunidade internacional tem vindo a estudar métodos de combate a estas formas de tráficos ilícitos, num jogo de causa e consequências.

Com tal objectivo tem vindo também a ser feito apelo ao partenariado com o sector privado, elemento activo da cadeia logística do comércio internacional, quer através do financiamento de estudos e disponibilização de tecnologias de controlo, quer partilhando a responsabilidade no controlo dos seus próprios fluxos de mercadorias.

Neste contexto, pelo Regulamento (CE) n.º 648/2005, que altera o CAC, foi criado e está em desenvolvimento um novo estatuto - de operador económico autorizado - atribuído aos operadores que oferecem garantias de segurança dos contentores que, desde a origem, transportam as suas mercadorias.

Este conceito, criado no contexto da segurança, na futura reforma do CAC poderá ser alargado, ultrapassando o referido contexto e passando a abranger empresas com procedimentos aduaneiros simplificados, podendo mesmo vir a ser aplicado a alguns declarantes, incluindo os despachantes.

Esta futura situação implicará, no entanto, uma modernização do sector para responder às novas exigências, até porque poderá vir a ser perspectivado não só na estrita dimensão nacional, mas antes no domínio amplo da União Europeia.

Simultaneamente esta dinâmica legislativa que procura tornar a economia da União Europeia mais concorrencial, em aplicação directa da Estratégia de Lisboa, tem repercussão em diversas áreas todas intrinsecamente ligadas.

Neste sentido encontra-se também em desenvolvimento um novo método de controlo baseado no equilíbrio entre facilitação e controlo.

Isto é, com base na metodologia e nas técnicas de gestão do risco procura-se que seja exercido controlo apenas sobre os movimentos que apresentam risco de fraude, representando estas uma pequena percentagem do total de movimentos, e se facilite a movimentação dos fluxos de risco reduzido ou nulo. Não obstante parecer estarmos no domínio dos controlos o que na essência se procura com este método é a simplificação dos procedimentos e a facilitação do desalfandegamento à grande maioria dos movimentos. Trata-se, naturalmente, de práticas que implicam um esforço e uma vontade de se vir a facilitar a vida aos operadores honestos e seguros.

De igual modo, foi estudado no âmbito da OMA um conjunto de regras, denominadas por “Quadro de normas”, cuja aplicação está já em desenvolvimento, tendentes a elevar as garantias de segurança e a combater os tráficos ilícitos operados através de contentores.

Registe-se, ainda, que foi adoptado pelos maiores portos mundiais e quase todos os portos europeus uma iniciativa desencadeada pelos Estados Unidos da América, denominada Container Security Initiative também ela dirigida aos controlos de segurança, baseada na execução de controlos não-intrusivos, através de tecnologias modernas, para com elas se poder despistar celeremente as situações de risco, mas de modo a que não se criem obstáculos acrescidos aos fluxos do comércio internacional.

Vemos, pelo que antecede, que se verifica uma alteração na estrutura de preocupações das Alfândegas. Ainda há poucos anos a Alfândega significava instrumento de política económica, por via da receita arrecadada no domínio aduaneiro, e de protecção da produção nacional. Nos tempos modernos, por força da incumbência que lhes





foi atribuída em matéria de impostos especiais de consumo, a arrecadação da receita continua no topo das preocupações das Alfândegas, se mais não for porque as receitas dos impostos especiais de consumo representam cerca de 25% das receitas fiscais do Orçamento do Estado.

Todavia, novos e mais complexos problemas preocupam as Alfândegas e naturalmente os Senhores Despachantes Oficiais. Desta feita estão em causa problemas de saúde pública, de defesa do bem-estar e da segurança dos cidadãos.

Bom, mas no novo contexto os mecanismos atrás enunciados constituem ferramentas quase inúteis se, para além da nossa inteligência, não podermos recorrer a um outro poderoso instrumento a informática.

Numa perspectiva de futuro, neste campo, caminha-se, a passos largos, para a disponibilização de meios informáticos que permitirão revolucionar os nossos métodos de trabalho, acelerando os procedimentos de desalfandegamento, garantindo melhor análise e gestão de risco, executando, com maior certeza, os controlos adequados a cada situação, contribuindo para maior transparência, melhorando a relação entre controladores e controlados.

Estamos a falar sobre meios que vão estar disponíveis a curto ou médio prazo, de entre os quais são de referir:

- A disponibilização de um sistema informático tão integrado quanto possível.
- A apresentação das declarações, directamente dos escritórios das empresas ou de quem as represente numa evolução imparável para o cenário “Alfândega sem papel”.
- A gestão do risco na sua maior parte efectuada automaticamente, partindo de cruzamento de dados comunitários e nacionais com a utilização de filtros.
- A disponibilização de sistemas com interoperabilidade entre as administrações aduaneiras dos diferentes Estados-membros.
- Vislumbra-se a aplicação do conceito de “alfândega electrónica”

É nesse contexto que a DGAIEC se move. Não obstante algumas dificuldades, compreensíveis em período difícil, alguns dos projectos avançam no sentido desejado da sua utilização. A exemplo das áreas já informatizadas, teremos, assim, a curto prazo, a informatização da exportação, das declarações sumárias, da triagem automática, a reformulação do STADA importação bem como a melhoria do sistema da DAA, denominado SIC/DAA.

São objectivos não só de modernização interna, mas igualmente de facilitação dos procedimentos declarativos efectuados pelos operadores económicos ou pelos seus representantes, designadamente os Despachantes Oficiais.

Direi que, de um modo geral, são metas desenhadas numa perspectiva de modernidade cujos programas estão a ser executados, que serão certamente atingidas e para as quais, toda a comunidade aduaneira, Despachantes Oficiais e Alfândegas devem preparar-se.

Por outro lado, embora se trate de ferramentas imprescindíveis para a actividade aduaneira, constituem também um importante vector que beneficia a actividade das empresas e que eleva os níveis da competitividade da economia portuguesa, acarretando consigo o incremento do comércio internacional, que todos desejamos.

É um caminho que a comunidade aduaneira vai ter de fazer conjuntamente, na certeza de que os seus principais actores, se organizados, disponíveis, colaborantes, complementares e profissionais, estão seguramente em condições de enfrentar os obstáculos que vierem a deparar-se.

Não quero terminar sem vos deixar uma mensagem positiva.

Tal como já vencemos no passado, vamos, com certeza, vencer o desafio do futuro, com trabalho, com empenho e com uma visão de modernidade da actividade aduaneira.

Agradeço a vossa paciência e fico à vossa inteira disposição para continuarmos a abordar estas questões.

Muito obrigado.



CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

VANTAGENS DA CERTIFICAÇÃO

- ✍ Permite o reconhecimento por entidades internacionais
- ✍ Garante a Qualidade ao Cliente e dá confiança à gestão
- ✍ Aumenta a competitividade
- ✍ Confere mais notoriedade
- ✍ Permite ser auditado por entidades independentes e especializadas
- ✍ Reduz o número de auditorias de clientes
- ✍ Assegura menor risco para quem compra ou subcontrata
- ✍ Permite a divulgação das Empresas Certificadas
- ✍ Dispõe de apoios de fundos comunitários
- ✍ É uma das componentes que pode assegurar:
 - ✍ ao fornecedor, que o seu produto e/ou serviço cumpre as especificações do comprador;
 - ✍ ao comprador, que a qualidade dos produtos e/ou serviços que estão a ser adquiridos é a pretendida

PREOCUPAÇÕES BÁSICAS DAS EMPRESAS NO DOMÍNIO DA CERTIFICAÇÃO

- ✍ O meu produto é abrangido por Directivas comunitárias?
- ✍ O seu uso pode envolver riscos de segurança saúde ou ambiente?
- ✍ Há legislação de certificação sobre a minha actividade?
- ✍ Tenho dificuldades de exportação para outros países?
- ✍ Que vantagem poderá ter a certificação voluntária no meu caso?
- ✍ Existem marcas de conformidade em aplicação?
- ✍ Posso confiar na competência do meu laboratório?
- ✍ Onde poderei obter ensaios credíveis para terceiros?
- ✍ No meu sector, já existem empresas com sistemas gestão certificados?



SEIS MITOS SOBRE A CERTIFICAÇÃO

1. A certificação não é um prémio.
É um reconhecimento que se atingiu um determinado nível de organização interna
2. A certificação não é obrigatória
É uma opção voluntária que tem de ser tomada pela empresa
3. A certificação da empresa não certifica os produtos
Refere-se ao sistema de gestão da Qualidade que foi implementado na empresa e não à qualidade dos produtos ou serviços fornecidos aos clientes
4. A certificação não é para sempre
Anualmente é realizada uma auditoria e, ao fim de três anos, a certificação caduca, sendo susceptível de renovação
5. A certificação não é o grande objectivo da Qualidade
Não significa que se atingiu um elevado nível de qualidade. Antes pelo contrário, a certificação deve ser encarada como o limiar mínimo. Existe, depois, um longo caminho a percorrer para a Qualidade total, que não termina nunca.
6. A certificação não garante o sucesso da empresa
É necessário ter um bom produto e capacidade de gestão e

de inovação.

AS GRANDES ETAPAS DA QUALIDADE

INSPECÇÃO

OBJECTO - Detecção dos defeitos
 PERÍODO DOMINANTE DO ARRANQUE - Início do século 20
 CONCEITOS CHAVE - Rendimento e divisão do trabalho
 ORIENTAÇÃO - Reacção
 MÉTODOS E TÉCNICAS PRINCIPAIS - Supervisão
 INTERVENIENTES DIRECTOS - Departamento de inspecção (contramestres)
 AUTORES E EMPRESAS PIONEIROS - Taylor - Singer - Mac Cormic

CONTROLO DA QUALIDADE

OBJECTO - Controlo (domínio) da qualidade do produto final
 PERÍODO DOMINANTE DO ARRANQUE - Anos 30
 CONCEITOS CHAVE - Nível de qualidade aceitável
 ORIENTAÇÃO - Regulação
 MÉTODOS E TÉCNICAS PRINCIPAIS - Estatística, probabilidades, amostragem, metrologia
 INTERVENIENTES DIRECTOS - Engenheiros. Especialistas da qualidade
 AUTORES E EMPRESAS PIONEIROS - Shewhart - Dodge - Romig - Bell Telephone

GARANTIA DA QUALIDADE

OBJECTO - Construção permanente da qualidade intermédia e fina
 PERÍODO DOMINANTE DO ARRANQUE - Anos 50
 CONCEITOS CHAVE - Fiabilidade. Confiança do cliente
 ORIENTAÇÃO - Prevenção
 MÉTODOS E TÉCNICAS PRINCIPAIS - Procedimentos organizacionais e técnicos
 INTERVENIENTES DIRECTOS - Qualquer indivíduo, em todas as fases do processo
 AUTORES E EMPRESAS PIONEIROS - Juran - Feigenbaum - Martin Co.

GESTÃO DA QUALIDADE / QUALIDADE TOTAL

OBJECTO - Gestão global da qualidade dos actos e dos produtos
 PERÍODO DOMINANTE DO ARRANQUE - Anos 70-80
 CONCEITOS CHAVE - Excelência
 ORIENTAÇÃO - Acção global
 MÉTODOS E TÉCNICAS PRINCIPAIS - Formação. Indicadores. Motivação das pessoas
 INTERVENIENTES DIRECTOS - Todos os membros da organização e das suas envolventes próximas
 AUTORES E EMPRESAS PIONEIROS - Crosby - Ishikawa - Welsh - IBM - XEROX



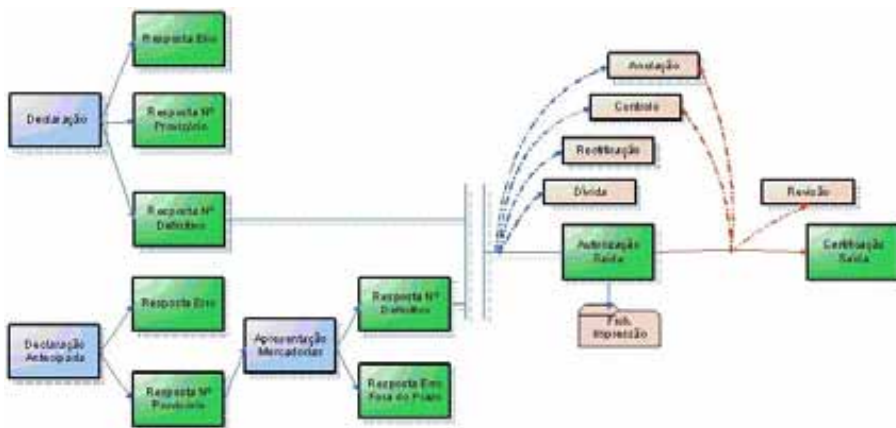
Dra. Joana Oliveira,
Consultora de Sistemas de Informação

Problemática da Exportação Electrónica

O processo de Exportação irá sofrer alterações, não nos conceitos nem no modo como é feito, mas na forma de apresentação. Pode-se dizer que quem sabe preencher uma Declaração Manual sabê-lo-á fazer electronicamente e quem não o sabe, não será por estar disponível um formato electrónico que aprenderá.

O formato electrónico pretende uniformizar processos, facilitar o trabalho e acima de tudo criar uma maior disponibilidade e rapidez no sistema Alfandegário.

A figura seguinte ilustra o processo de Exportação e os seus respectivos fluxos.



Repare-se que na figura, entre cada bloco de acção, existem linhas que ligam o processo. É este o principal conceito a reter, um processo de Exportação pode ter várias declarações (uma primeira declaração que lhe faltavam dados é substituída por uma correcta) assim como uma declaração é a sequência de diversas mensagens (envios e respostas da DGAIEC).

Em relação à informação do despacho, não haverá informação diferente a ser preenchida na declaração que não seja já necessária no processo actual, implícita ou explicitamente.

A principal distinção entre o processo actual e o processo electrónico consiste na definição de uma estrutura da informação apresentada, independente da Alfândega, do funcionário, do dia da semana ou da hora de apresentação. As regras definidas existem para todos e a sua validação é feita numa primeira fase por processos automáticos.

Cada D.O. deverá assim garantir que tem uma aplicação capaz de criar a transparência necessária ao processo de exportação, isto é, uma aplicação que tenha “embutida” toda a inteligência necessária para o processo, que saiba por exemplo que cada vez que seja criada e enviada para a DGAIEC uma Declaração Antecipada, haverá lugar de seguida a uma Apresentação de Mercadorias, que perceba que após a Autorização de Saída haverá azo a uma Revisão em vez de uma Rectificação da Declaração.

Na tabela abaixo encontram-se as mensagens passíveis de serem trocadas entre a DGAIEC e um D.O. no processo de Exportação. De notar que em nada diferem da declaração actual e dos passos que agora são transmitidos pessoalmente e por apresentação manual de documentação.

Mensagens D.O.

Criação Declaração
Criação Declaração Antecipada
Apresentação Mercadorias
Rectificação
Anulação
Revisão
Resposta à proposta de Rect./Revisão

Mensagens DGAIEC

Validação Erros
Notificação de Divida
Notificação Controlo
Autorização Saída
Proposta Rect./Revisão
Certificação Saída

Em tom de conclusão poder-se-á dizer que este sistema implica a alteração da forma de trabalho instituída há já algum tempo, que poderá ser o único revês dado que a mudança acopla sempre um período de adaptação e aprendizagem.

Em relação aos benefícios, os mais óbvios serão:

Uniformização das Regras de Preenchimento. Deixam de existir especificidades por Alfândega;

Validação preliminar de erros. O sistema testa os erros respondendo quase imediatamente, possibilitando a sua correcção sem grandes custos;

Maior rapidez e disponibilidade de serviço. As declarações poderão ser submetidas a qualquer hora do dia e em qualquer dia, podendo em muitos casos ser obtida a Autorização de Saída em alturas que pelo processo actual seria impossível;

Menos erros humanos. Os processos automatizados de triagem e validação não têm horários nem humores. Testam as regras e respondem, evitando assim que qualquer funcionário da Alfândega se tenha que preocupar com validações e que inclusive possa errar em algumas avaliações;

Manipulação e Arquivo de declarações menor e mais seguro. Além de ser possível ter toda a documentação relativa a um processo em papel será possível também tê-la em formato electrónico, podendo ser utilizado para gerar um melhor e mais rápido serviço ao cliente.

Melhor qualidade de serviço ao cliente final. Dado que este processo electrónico permite imprimir e gravar os documentos acessórios Autorização de Saída e Certificação de Saída, será muito mais rápida a entrega da documentação necessária ao cliente final.



Despachantes Oficiais

Luís Veiga Pires, Membro do Conselho Directivo da CDO e Presidente da Direcção da Secção de Lisboa e Mário Matos Oliveira, Secretário Nacional do Conselho Directivo da CDO.

Iniciativa eAlfândegas

As eAlfândegas, ou Alfândegas electrónicas, são um objectivo que vem sendo prosseguido ao longo dos últimos anos por uma maioria de administrações aduaneiras, se não em numero, pelo menos no peso relativo que detêm no comércio internacional.

Nos principais forums internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO), a Organização Mundial das Alfândegas (OMA/WCO) e a Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED/UNCTAD) o tema tem sido profundamente debatido e estudado, tendo dado origem a diversos trabalhos e propostas de implementação de um novo quadro geral de funcionamento.

Entre as muitas propostas em desenvolvimento, quatro, merecem neste momento a nossa particular atenção, pelos reflexos que vão produzir na actividade profissional do Despachante Oficial (ou deveria dizer "Representante Aduaneiro"?). São elas:

- Single Window
- One-Stop-Shop
- Centralized Clearance
- Single European Authorization

A SINGLE WINDOW FOR INTERNATIONAL TRADE

Os operadores económicos, ou o "TRADE" - na forma feliz como é designado nos países anglo-saxónicos - têm vindo a colocar as suas preocupações relativamente aos procedimentos que envolvem as operações de comércio internacional. As principais preocupações apresentadas são as do excessivo número de intervenientes nos processos, o elevado número de formulários necessários para cumprir os requisitos de cada organismo intervenor, seja ele público ou privado, e ainda, a incessante repetição de dados que é necessária para cada um dos formulários referidos.



Figura 1

Argumenta o "TRADE" que os custos associados a estes excessos do sistema são significativamente elevados. Por um lado repercutem-se no consumidor final, não deixando apesar disso, de significar perda de produtividade, eficiência e competitividade para as empresas. Por outro representam forte carga burocrática, demora nas entregas das mercadorias e enorme mobilização de recursos humanos quer na administração quer nas empresas.

Para responder a estas preocupações surgiu então a proposta de introdução de uma "SINGLE WINDOW". Na

definição do Centro das Nações para a Facilitação do Comércio e Negócios Electrónicos (UN/CEFACT) da Comissão Económica para a Europa, a "Single Window" é pois,

"A facilidade que permite às partes envolvidas no comércio e transporte, o depósito de informações e documentos, estandardizados, num único local de entrada, e que preencham todos os requisitos regulamentares relacionados com a importação, exportação e trânsito"

E acrescenta ainda,

"Se a informação for electrónica, então os dados devem ser submetidos apenas uma vez" (1)

Da definição ressaltam alguns aspectos que importa clarificar. Desde logo a estandardização das informações e documentos na medida em que se trata de um dos maiores desafios do sistema. Ou seja, a "Single Window" é nesta perspectiva um formulário único com um conjunto de dados únicos e irrepetíveis, que municia todas as entidades e organismos intervenientes com as informações necessárias aos seus procedimentos sejam eles administrativos, comerciais ou de controlo.

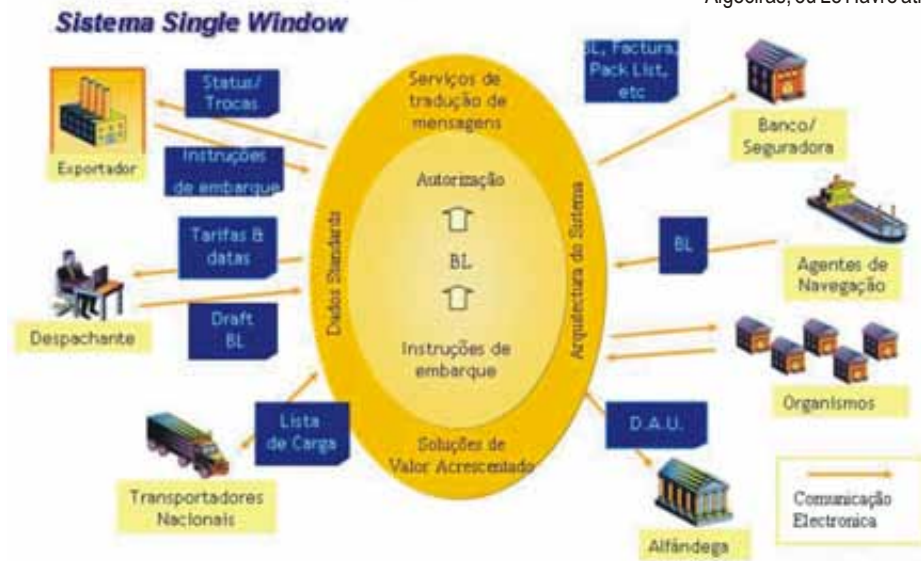


O gigantismo deste desafio está patente na necessidade de "sentar à mesma mesa" todos os agentes com possível intervenção no processo e trabalhar nos mecanismos de simplificação administrativa, tendo em vista harmonizar os dados que todos eles irão necessitar para a prossecução da sua missão. Resultará necessariamente num formulário amplo mas único. Nesta vertente a UN/CEFACT recomenda fortemente a utilização de standards que nos últimos anos vêm sendo desenvolvidos por organizações internacionais e agências intergovernamentais como a UNECE, UNCTAD, OMC, IMO, ICAO e ICC.

Um segundo aspecto é o que se refere ao local único de entrega. Trata-se verdadeiramente de um ponto único para um formulário único. Por esta razão alguns designam a "Single Window" como "One-Stop-Desk".

Não são ainda conhecidos os contornos definitivos que serão adoptados para a "Single Window" Europeia. No entanto o modelo mais generalizado nas várias SW's já existentes assenta na existência de um "ambiente" informático onde são colocados os dados relativos à operação de comércio internacional (ver figura 3), e onde os distintos operadores recolhem e depositam de modo selectivo as informações que necessitam para o desempenho da sua missão. Como muitos dos elementos constituem segredo comercial, o sistema controlará a amplitude de acessibilidade dos operadores.

Outra questão que se coloca neste contexto, é a de saber quem tomará a liderança do processo, ou seja quem terá o controlo e



as chaves de acesso a toda a informação. A UN/CEFACT tem apontado preferencialmente para a Autoridade Aduaneira mas deixando a porta aberta a outras soluções como sejam as Autoridades Portuárias, Câmaras de Comércio ou ainda parcerias publico-privadas. A União Europeia no entanto já apontou as Autoridades Aduaneiras como as entidades que deverão liderar o processo.

ONE-STOP-SHOP

Outro dos novos sistemas a desenvolver neste quadro de facilitação do comércio é o do "ONE-STOP-SHOP", ou seja que **todos os controlos a realizar pelos diversos organismos e entidades, sobre uma determinada operação de comércio internacional, sejam coordenados e realizados ao mesmo tempo e no mesmo local.**

CENTRALIZED CLEARANCE

O "Centralized Clearance" ou desalfandegamento centralizado é o mecanismo que possibilitará que os controlos aduaneiros sejam

executados pelas autoridades aduaneiras do Estado Membro onde o operador está estabelecido, independentemente do local por onde as mercadorias tenham entrado no território da União. Com este mecanismo um importador sediado em Lisboa pode desalfandegar as suas mercadorias entradas, por exemplo, pelos portos de Roterdão, Algeiras, ou Le Havre através das Alfândegas locais.

O CC será porém restringido aos Operadores Económicos Autorizados (AEO). São no entanto ainda muitas as dúvidas operacionais sobre o sistema, principalmente no que se refere ao controlo documental e ao controlo físico das mercadorias.

No quadro do "Centralized Clearance", a dívida aduaneira nasce no local onde o operador está estabelecido, independentemente do local onde estejam as mercadorias. Também aqui se colocam problemas que têm que ver com a definição da distribuição da quota de 25% sobre os direitos (para quem?). Quanto à cobrança da taxa de IVA ela deverá ter lugar no país onde o importador está estabelecido, faltando ainda perceber o que ocorre quando a mercadoria se destina a outro país de consumo?

De notar que o mecanismo da "Centralized Clearance" é já aplicado na União à exportação.

SINGLE EUROPEAN AUTORIZATION

Mecanismo que possibilita ao operador económico a apresentação de uma declaração num Estado Membro diferente do EM onde as mercadorias são importadas (ou exportadas).

A SEA possibilita assim que o operador eleja outra alfândega que não a da sua sede para centralizar os seus procedimentos administrativos de desalfandegamento.

(1) - UN/CEFACT - Recomendação No. 33 Estabelecendo A SINGLE WINDOW - UNITED NATIONS PUBLICATION- Sales No. 05.II.E.9-ISBN 92-1-116924-0 (Geneva, Julho 2005) pag. 3



Dr. Avelino da Rocha Ribeiro, Dr. Fernando Carmo e Luís Veiga Pires

O Despachante Aduaneiro e o Operador Económico Autorizado

Sendo o tema desta intervenção, o actual estado do dossier "operador económico autorizado", justificam-se algumas considerações prévias, como forma de enquadrar a questão.

É do conhecimento geral que o direito de representação está consagrado nos artºs 5 e 64 do Código Aduaneiro Comunitário.

No artº 5 está previsto o direito dos Estados Membros reservarem uma das formas de representação a um Despachante Aduaneiro, ficando a outra completamente livre.

Em Portugal, foi reservada para os Despachantes Oficiais, a forma de representação directa.

A proposta actualmente em discussão do Código Aduaneiro Comunitário prevê, o fim desta possibilidade de reserva de uma das formas de representação.

Entre parentesis, convirá enfatizar que a situação actual, vigente à custa do Código Aduaneiro Comunitário, é manifestamente propiciadora de concorrência desleal.

Não é na verdade aceitável que um profissional qualificado, com um curso prévio e exame final, possa sofrer no exercício da sua profissão, a concorrência de quem por vezes nem o ensino básico terá.

A evolução só poderá ser no sentido de todos os representantes aduaneiros possuírem qualificação profissional.

É no entanto difícil, embora tudo aponte para a concretização de tal pressuposto, fazer compreender toda esta necessidade numa Europa, Comunitária é certo, mas nesta área, como noutras, dividida entre Norte, Centro, Sul e Leste e por vezes mesmo, com entendimentos diferentes em cada uma dessas áreas.

O Norte por exemplo, considera os Despachantes como meros intermediários do frete, sem "substância" que justifique serem considerados como verdadeira profissão.

Este entendimento começa porém a mudar e na 3ª Revisão do Modernized Customs Code, aparece já referida a figura do "*customs representative*", isto é o representante aduaneiro.

Na Posição Comum enviada pela CONFIAD à Taxud, esperando-se que o CLECAT assumia igual entendimento, defendeu-se que os representantes aduaneiros terão que ser profissionais qualificados.

Houve o cuidado de se proporem períodos de transição, mas defendeu-se igualmente que, aqueles como os Despachantes Oficiais portugueses que, tem o seu estatuto baseado em formação profissional, devem ser, imediatamente, sem mais, reconhecidos como "*customs representative*".

Parece que neste entendimento, estamos bem acompanhados, como resulta do facto da recente Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro, publicada a propósito do reconhecimento mútuo de profissionais de vários Estados Membros, ter colocado o seu acento tónico na formação e qualificação profissionais. Assim, Poderá deixar de ter sentido, a manutenção do direito de reserva, se todos os profissionais que actuam no âmbito da representação aduaneira, forem iguais em termos de qualificação.



Feito este intróito, abordemos então o tema do Operador Económico Autorizado. Como pormenorizadamente foi referido no Encontro anterior, após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, os EUA lançaram dois tipos de iniciativas: o CSI e o C-TPAT, como forma de evitar acções terroristas.

O primeiro destinava-se aos Estados e o segundo aos particulares.

De referir aqui como nota que a CDO, através de um alto Representante das Alfândegas dos Estados Unidos da América, de imediato diligenciou para se integrar naquela segunda iniciativa.

Após tais medidas, a Comissão Europeia, sentindo embora a necessidade de dar resposta, hesitou longamente sobre a forma de o fazer.

Tal hesitação deu azo a que vários Países, com portos importantes no comércio com os EUA, eles próprios, estabelecessem acordos bilaterais com este País, no domínio do CSI.

Tal actuação pressionou ainda mais a Comissão que percebendo a necessidade e a urgência de resolver tal questão, considerando a importância dos EUA como parceiro económico da UE, acaba por encontrar a figura do Operador Económico Autorizado, para resolver o problema.

Por definição, o OEA mais não é que um operador integrado na cadeia de comércio internacional, com especiais funções no âmbito da segurança das mercadorias.

Todavia, a pretexto dos encargos que o OEA teria de fazer para cumprir os requisitos do seu estatuto, é-lhe conferido o direito a benefícios e simplificações aduaneiras.

Neste direito, poderia caber tudo, o que nos criou especiais preocupações, uma vez que era do conhecimento geral que o Chefe da Unidade de Legislação Aduaneira da TAXUD, tudo iria fazer para obter o maior apoio ao seu Projecto do novo Código Aduaneiro Comunitário e a concessão de direitos alargados aos OEA seria uma boa forma de o conseguir.

A questão acabou por ficar relativamente bem esclarecida, numa reunião em Helsínquia, promovida pela TAXUD, onde o responsável pelo dossier "Operador Económico Autorizado, deixou claro que, quem pretender o estatuto de OEA-Customs, tem de preencher os mesmos requisitos que os "*customs representatives*".

De referir aqui que já consta da Proposta do novo CAC que o Estatuto do OEA poderá ser conferido ao Despachante Oficial.

Na proposta apresentada, porém, defendemos que, dado preenchermos já tais condições, o Despachante Oficial deve ser considerado automaticamente como OEA-"Customs", assim beneficiando do respectivo regime, que neste momento ainda não está definido, o que acontecerá, através das respectivas Disposições de Aplicação, em elaboração.

Admite-se que os benefícios possam ser por exemplo, consistentes num menor rigor na análise de risco, numa menor caução ou até a sua dispensa em operações de trânsito e ainda na possibilidade de ao OEA ser atribuído o estatuto de Consignatário Autorizado.

Outra tese defende que os benefícios serão tantos quantos forem concedidos aos operadores económicos.

Para já, temos de aguardar pelas já referidas Disposições de Aplicação. Para concluir, podemos noutra âmbito, afirmar que o AEO constitui como que o primeiro sinal e exemplo, de parceria entre as Alfândegas e um grupo de profissionais, o que aliás a CDO vem defendendo desde já há vários anos e tudo aponta que será o sentido do futuro.



Dr. Filipe Carmo,
Administrador de Sistemas de Informação da CDO

As novas tecnologias da CDO ao dispôr do Despachante Oficial Os serviços Informáticos da CDO ao dispôr do Despachante Oficial

Durante a manhã de Domingo o Dr. Filipe Carmo, apresentou à assembleia esclarecimentos para rectificação de erros usuais na utilização dos serviços informáticos ao dispor do Despachante Oficial, como por exemplo, na utilização do e-mail e respectiva configuração, e no acesso à Extranet relativamente aos níveis de segurança na autenticação.

Fez uma demonstração da utilização da Extranet, chamando à atenção das suas novas funcionalidades.

Deixou ainda alguns conselhos de utilização da Internet, como a escolha do tipo de ligação à Internet e a não utilização de contas gratuitas para fins profissionais, bem como a necessidade de utilização de Softwares de Protecção dos Sistemas Informáticos, incidindo especialmente sobre os Anti-Virus e Anti-Spyware.

Por fim, esclareceu dúvidas colocadas pelos presentes Despachantes Oficiais relativas a temas diversos.



Dr. Tito Baião,
Secretário Geral da CDO

Formação e Qualidade

Bom dia a todos

A minha intervenção será muito rápida e servirá para anunciar algumas reformas relacionadas com o que tem vindo a ser comunicado até hoje. Conforme todos sabem os próximos anos terão necessariamente que ser de adaptação a novos desafios e por esse motivo, o Conselho Directivo decidiu empenhar esforços na área da formação e da qualidade dos despachantes oficiais.

Assim e dando continuidade à linha orientadora já encetada, a disponibilização de formação irá continuar em 2006. Porém, no decurso deste ano, as acções de formação ocorrerão de forma sistematizada, o que não vinha acontecendo até aqui.

Estas acções de formação não assumirão carácter obrigatório e como tal distinguem-se do chamado curso de actualização ou seja da formação prevista estatutariamente e que ocorre impreterivelmente de 3 em 3 anos, abrangendo inevitavelmente todos os despachantes oficiais.

Estas acções serão pois especialmente destinadas para aqueles que querem apostar no futuro e que mostrem empenho na continuidade da actividade, estejam sedeados onde estiverem.

Nesse sentido a preocupação do Conselho Directivo foi de criar dois pólos importantes a nível nacional, onde a formação será ministrada, garantindo no entanto o acesso à informação a todos os despachantes oficiais que o pretendam.

Assim os pólos criados serão grosso modo, Lisboa Setúbal, Porto Figueira Aveiro que permitirão o acesso à formação dos despachantes com domicílio nessas localidades ou nos seus arredores.

Por outro lado e para colegas que não fazem parte desses pólos, como será o caso dos despachantes domiciliados nas Ilhas, no Algarve, em Elvas, em Valença etc e que como tal teriam custos elevados na sua deslocação, foram estudadas soluções do ponto de vista tecnológico e digital que garantem de forma igualitária o acesso aos conteúdos das formações.

Quer isto dizer que será possível entregar ao despachante que o solicite um CD-ROM contendo a compilação das matérias objecto de formação, permitindo-se assim que em casa ou mesmo no escritório possam aceder àquelas.

Acresce que este suporte poderá ser útil mesmo para quem pôde de forma presencial assistir à formação pois muitas vezes a complexidade e densidade das matérias ministradas tornam necessária a existência de um meio auxiliar à aprendizagem de forma a consolidar conhecimentos.

Ou seja, estes suportes digitais estão fundamentalmente a ser pensados para os colegas mais distantes mas também irão aproveitar

aos demais despachantes.

Neste âmbito, o CD-ROM do II Curso de Actualização está praticamente pronto e vai ser reproduzido e recopiado para depois ser disponibilizado a baixo custo.

No tocante às acções de formação propriamente ditas e a exemplo do já praticado noutras associações de classe, vamos tentar implementá-las de forma sistemática semanal ou quinzenalmente, disponibilizando previamente os temas a abordar

Esta formação ocorrerá sempre em horário pós-laboral e terá uma duração máxima de hora e meia ou duas horas para que não constitua uma sobrecarga para os formandos.

As matérias que nos propomos abordar, irão versar temas tão vastos como: gestão financeira, contabilidade, direito do trabalho, informática, inglês, comércio internacional, etc

Para além destas matérias estamos receptivos a todas as propostas que os Despachantes queiram sugerir e que sintam como uma necessidade por força da sua própria actividade disponibilizando-nos, na medida do possível, a estruturá-las de forma curricular e a abordá-las como curso ou tema de uma palestra.

Por outro lado e no tocante à formação dos trabalhadores das empresas, onde indubitavelmente se incluem as dos despachantes oficiais, foi publicada em 2004 uma lei que a tornou obrigatória, estabelecendo no entanto um período de dois anos de adaptação. Significa isto pois que a partir de Janeiro de 2006 a formação dos trabalhadores é obrigatória e o não cumprimento desta lei, nos termos nela previstos é objecto de coimas.

Neste âmbito, a Câmara dos Despachantes encontra-se a estudar os requisitos impostos pela lei e em função destes, está a equacionar a possibilidade de ela própria, com os meios tecnológicos de que dispõe garantir a necessária formação aos trabalhadores das empresas de despachantes que a tal se encontrem obrigadas.

Pensamos assim contribuir de forma activa para o cumprimento de

uma exigência legal, que sobre todos impende, facilitando a actuação dos nossos associados.

No tocante ao investimento na área da Qualidade foi já iniciado um processo de consulta a várias empresas nas áreas da implementação e consultadoria da concessão, tendo sido recebidas algumas propostas, para a certificação das empresas de despachantes.

Esta certificação implicará a intervenção de dois tipos de empresas; a de implementação que intervém ao nível da análise e da execução dos procedimentos para a certificação e a de consultadoria de concessão, que faz a avaliação para a atribuição do certificado.

Para a análise das propostas apresentadas que assumem um cariz eminentemente técnico utilizando uma linguagem específica, solicitamos ajuda ao IPQ, com vista a posteriores adjudicações.

Tudo o que ficou dito revela pois um empenho contínuo da Câmara dos Despachantes, através da actuação de todos os seus órgãos em disponibilizar aos associados os meios necessários para enfrentar os desafios do futuro, procurando criar condições para que estes se transformem em vitórias da classe.

No entanto é importante lembrar que este objectivo nunca será alcançado se não houver da parte de todos os despachantes um esforço e um empenho individual, de colaboração com a Câmara dos Despachantes que de forma derradeira se traduzirá num empenho consigo próprio.

Assim, apelamos a que sempre que seja solicitada alguma informação ou sempre que requerida a vossa colaboração correspondam de forma activa e empenhada pois a vossa intervenção serve de orientação para tomadas de posição num futuro próximo de forma a obviarmos a desagradáveis surpresas como as que ocorreram em 1993.

Muito obrigado.

**Em qualquer
circunstância ...**

**... tratamos da
Saúde
aos Despachantes
Oficiais !**



visavis

Dr. Fernando Carmo
Presidente do Conselho Directivo da CDO

Síntese Conclusiva

O evento que teve lugar, pela primeira vez na Figueira da Foz, no dias 5 e 6 de Novembro último, foi um extraordinário momento de formação, informação e convívio.

A adesão da Classe a esta realização, que já começa a assumir a classificação de anual e tradicional, demonstra o interesse que a mesma vem despertando, tratando-se indiscutivelmente de uma oportunidade para serem discutidos temas do maior interesse para a Classe numa perspetiva actual e futura.

Desta vez contamos com a participação de distinto convidados, já devidamente realçada noutras páginas deste boletim, que muito contribuíram para o êxito deste Encontro.

Foram ainda explicitados temas o projectos em curso que certamente tornaram os Despachantes Oficiais mais informados e melhor preparados para o futuro.

Em jeito de reflexão conclusiva de tudo quanto se passou na Figueira da Foz, gostaria de aqui referir o seguinte:

- No que à DGAIEC se refere, não podemos ignorar tudo quanto foi afirmado pelo Dr. José Figueiredo que, aliás, reflecte a sua clara postura de manutenção e incremento das relações de estreita colaboração com a nossa Câmara, reiterando aquilo que, há já longo anos, tem vindo a ser a política da equipa directiva daquela instituição: um dialogo franco, cooperante, de reconhecimento e respeito pela Classe, reafirmado sempre que estão em causa os interesses das Instituições em presença e os do País.

As recentes tomadas de posse do novo Director Geral, Dr. Luis Laço, e do Subdirector Geral, Dr. João de Sousa, só reforçam, como nos foi afirmado, os laços da cooperação que importa preservar e incrementar. Deve, por isso, a Classe consciencializar-se das responsabilidades que tem de assumir neste contexto, adoptando a habitual atitude responsável que nos é imposta legalmente, cumprindo com rigor os seus deveres, mas exigindo, sempre que necessário, respeito pelos seus direitos;

- Na área do Comércio Internacional e seguindo de perto o que foi, de forma brilhante, referido pelo Prof. Dr. Teixeira Fernandes, devem os Despachantes Oficiais reflectir sobre as diversas perspectivas que foram abordadas. Trata-se de um conjunto de oportunidades que vêm preencher uma lacuna na forma como exercemos a nossa actividade, representando uma tentativa de readquirirmos uma fatia de serviços, muitos dos quais já foram, no passado, por nós prestados. O reforço e futuro da profissão passa muito por sermos capazes de enfrentar este desafio;

- As novas figuras aduaneiras que foram apresentadas pelos nossos Colegas Veiga Pires e Mário Matos Oliveira, configuram a necessária mudança à inovação que necessitamos adoptar, transformando o medo pelo desconhecido e o nosso "lusitano complexo de inferioridade", na necessidade de evoluir para oportunidades que só aos "outros" parecem interessar.

Recordo-lhe a atitude à "MOURINHO" que é bem demonstrativa de que não somos inferiores a ninguém, muito pelo contrário. A Europa será o nosso mercado, em concorrência com todos, sem qualquer receio porque somos indiscutivelmente melhores em muitos aspectos, e temos vontade de vencer;

- A Qualidade foi o tema apresentado pelo Engº Duarte Figueira, distinto membro do Conselho de Administração do IPQ. Demonstrando um perfeito domínio do tema, ficamos a saber como evoluiu, através dos tempos, este conceito e a importância de que se reveste em vista da credibilidade e aceitação das empresas certificadas.

Neste sentido, penso que não ficaram quaisquer dúvidas quanto à relevância que tem, no mercado actual, tal certificação para a qual

temos vindo a chamar a atenção dos Associados.

Oxalá se venha a verificar uma forte adesão ao projecto que vimos desenvolvendo, mesmo que isso represente algum esforço de carácter financeiro, pois essa será, sem qualquer dúvida, uma forma decisiva no combate contra a concorrência que nos é feita por quem, usando um expediente que, apesar de consentido por lei, deveria ser banido por manifestamente inadequado.

- Outra questão de relevante interesse apresentada e discutida, prende-se com os novos sistemas informáticos. Com a clareza e desembaraço, que lhe é peculiar, a Dra. Joana Oliveira apresentou um esboço do que vai ser a exportação automatizada.

Ficaram seguramente muitas dúvidas, algumas das quais ainda sem resposta dos responsáveis técnicos. Porém, há que nos prepararmos para mais esta evolução.

Ficou claro que a CDO atempadamente tudo fará, em termos formativos e informativos, para que a Classe responda positivamente a mais este desafio;

- Deixei propositadamente para o fim a questão do Estatuto Europeu do Representante Aduaneiro. É um dos temas actualmente mais importantes em debate na Europa, envolvendo a CONFIAD, o CLECAT e demais associações representativas de diversas actividades, sendo umas a favor e outras contra.

Tem a CDO tido uma intervenção da maior relevância na defesa dos interesses da nossa Classe. Como foi referido, depois da implementação do Mercado Único e da sucessão de medidas que sempre nos tem sido desfavoráveis, eis que esta poderá ser a primeira boa novidade que nos chega da Comissão Europeia.

Começamos por não esquecer que surge na sequência da nossa reacção a um ataque liberalizador indiscriminado e feroz. As reacções referidas tiveram êxito e travaram as investidas da Comissão, seguindo-se um período negocial que, passo a passo, acabou por chegar a uma (ainda em discussão) solução que poderá satisfazer os interesses em causa.

Depois da proposta da CONFIAD, recebida na TAXUD com a classificação de positiva, surge agora uma posição comum, subscrita pelo CLECAT, que quanto aos princípios, vai no mesmo sentido. Entretanto, negociações difíceis tiveram lugar com os países do norte da Europa, nas quais a CDO teve um papel determinante. Chegou-se a um consenso.

Agora, vai chegar a hora das negociações e acordos com a Comissão e depois com os Estados Membro. Conforme foi dito, estamos no bom caminho e as perspectivas são excelentes. A ver vamos...

Do Encontro da Figueira da Foz ficam no nosso ouvido estes temas mais relevantes.

Não parecem restar dúvidas que estes Encontros devam continuar a realizar-se e a Classe deve aderir massivamente.

Vamos começar a organizar o próximo..

ATÉ PARA O ANO!



gabinete técnico de apoio

PARECER

NATUREZA CIVIL OU COMERCIAL DAS SOCIEDADES DE DESPACHANTES OFICIAIS E DA EVENTUAL APLICABILIDADE A ESTAS DO REGIME JURIDICO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS POR QUOTAS

1- QUESTÃO PRÉVIA

Independentemente da conclusão que a final se extrairá, deixa-se como claro, que, não é da natureza civil ou comercial das sociedades em causa, que decorrerá a eventual aplicabilidade a estas, de regime previsto no Código das Sociedades Comerciais para as Sociedades por Quotas. E adiante, se explicará porquê.

Todavia, não se deixará de, em breve análise, se procurar da natureza civil ou comercial de tais sociedades.

2- DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Revogado que foi o artº. 106 do Código Comercial pelo Dec. Lei 262/86 de 2.9 que aprovou o Código das Sociedades Comerciais, neste temos que procurar a definição de sociedades comerciais, que, nos termos do seu nº. 2 do artº. 1 são as que “... tenham por objecto a prática de actos de comércio e adoptem o tipo de sociedade em nome colectivo, de sociedade por quotas, de sociedade anónima, de sociedade em comandita simples, ou de sociedade em comandita por acções”.

Temos assim e, considerando os termos cumulativos dos pressupostos de procurar saber se, no caso, se verifica a prática de “actos de Comércio”, na actividade das sociedades de Despachantes Oficiais.

3- A ACTIVIDADE DOS DESPACHANTES OFICIAIS

A- A actividade dos D.O., encontra-se ainda que parcialmente definida no Estatuto dos Despachantes Oficiais (artº. 2º), aprovado pelo Dec. Lei 445/99 de 3.11, com as alterações introduzidas pelo Dec. Lei 73/2001 de 26.2, no sentido de que, *“os despachantes oficiais intervêm como representantes por conta de outrem, em qualquer parte do território nacional e sob qualquer forma de representação, nos actos e formalidades previstas na legislação aduaneira, incluindo nas declarações e promoções dos documentos respeitantes a mercadorias sujeitas a importações especiais sobre o consumo e noutras declarações com implicações aduaneiras, ou cuja gestão ou recepção venha a ser atribuída à Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo”.*

Tal actividade é juridicamente complementada pelo disposto nos artigos 426, 432, 460, 470 e 471, do Livro V da Reforma Aduaneira, com a redacção do último dos diplomas legais citados.

Como decorre da própria natureza dos preceitos, da autoria do Governo, teríamos que *“prima facie” e com esta vertente exclusiva, a actividade do D. O. seria de natureza pública.*

Só que, não é isso que acontece, uma vez que se

desenvolve, muito para além do seu “relacionamento” com as Alfândegas.

Vejamos,

B- Numa primeira fase o operador económico consulta o Despachante Oficial, na qualidade que este indiscutivelmente detém e desenvolve, de consultor do comércio internacional.

O operador económico nacional, perante uma eventual operação de compra de determinada mercadoria, em Países Terceiros (Países não Estados Membros da EU), necessita saber se deve optar por outra das possibilidades que tem e designadamente:

Qual a qualificação pautal da mercadoria a adquirir (importação) para determinação da respectiva taxa a pagar (direitos alfandegários, IVA, IECS, anti-dumpings etc).

Se o país de origem da mercadoria (vendedor), beneficia face à União Europeia, de algum Acordo de Comércio, de Contingentes Pautais ou Comunitários ou Preferenciais que eventualmente façam diminuir aquelas taxas.

Quais os requisitos técnicos necessários para proceder à importação (certificados de origem, Licenças de Importação, Documentos de Vigilância, Certificados de Exportação, etc).

Precisa ainda o operador económico de saber, qual o custo do frete, a regularidade das carreiras de transporte, o valor dos seguros, o custo das inspecções obrigatórias (veterinárias, fitossanitárias, da qualidade etc).

Necessita ainda o operador económico de conhecer se o Despachante Oficial está disponível para, através da caução global que ele DO, previamente contratou com uma Companhia Seguradora ou com um

Banco, para ele próprio garantir o pagamento da dívida aduaneira, assim concedendo ao operador económico o deferimento do respectivo pagamento por 45 dias.

Não poucas vezes, aliás o que vem sendo habitual, o operador económico solicita ao DO a apresentação de um orçamento que englobe todas estas despesas, (licenças, taxas, seguros, transportes, direitos, IVA, etc).

Na posse destes elementos, o operador económico decide por um ou outro vendedor e admitimos, encarrega o DO de proceder em conformidade, o que pode e por vezes acontece, não suceder. Isto é,

O DO, fez todo este estudo, forneceu ao operador todas estas informações e ele atribui a outro o encargo de proceder ao respectivo desembaraço aduaneiro. Acresce que,

Através de um Portal de Negócios promovido pela sua Câmara, os Despachantes Oficiais, em ligação “on-line”, com todos os Colegas do Mundo e todas as economias mundiais, desde os EUA, Japão, Austrália, Malásia, Singapura, China, Canadá etc., utilizam Despachantes Oficiais para funções em tudo semelhantes às dos profissionais portugueses, promovem no exterior, através do referido Portal os produtos dos seus Clientes, abrindo-lhes oportunidade de negócios de dimensão não quantificável.

C - Do exposto, decorrer a vertente digamos que privada do Despachante Oficial, hoje eventualmente de enorme relevância por força do comércio global, que por simplicidade se referiu apenas a vertente importação de mercadorias, mas que percorre os mesmos tramites quando em causa, está a exportação. Ainda,

É vulgar que seja o DO a contratar os meios de transportes externos e internos, a pagar os fretes, os direitos, impostos, as taxas, os custos dos seguros e só depois da mercadoria “em casa” do operador económico, é por este pago.

E toda esta actividade é desenvolvida de forma continua e organizada. Ora,

D - Resulta uniforme da jurisprudência que se tem por empresarial e portanto como sociedades comerciais aquelas que exercem, actividade por exemplo desenvolvida por empresas de informações comerciais como indiscutivelmente são as dos Despachantes Oficiais e que por ela são pagos.

Vem-se justificadamente entendendo que o sector empresarial se desenvolveu de forma não consentânea, com a rigidez de um dispositivo legal aprovado em 1888 (Código Comercial) e cujos preceitos, designadamente o seu artº. 230, só pode ser interpretado de forma extensiva e nunca taxativamente. Assim,

E - Parece indiscutível, do exposto, designadamente da actividade essencialmente desenvolvida e dos preceitos citados **que as sociedades dos Despachantes Oficiais tem indiscutivelmente natureza comercial.**

No mesmo sentido,

Aponta o facto de muitos Despachantes Oficiais terem optado por constituírem Sociedade Unipessoais por Quotas (Dec. Lei 257/96 de 31/12), às quais “se aplicam as normas que regulam as sociedades por quotas” (artº 270 G).

Que sentido, em termos sistemático, estrutural e jurídico faria, considerar como sujeitos ao regime das Sociedades por Quotas as sociedades unipessoais e atribuir diferente natureza às sociedades com pluralidade de sócios?

Ainda e “ex-abundanti”, sempre se dirá que, em casos semelhantes (advogados, técnicos de contas), quando pretende que as sociedades por estes constituídos, tenham a natureza civil, o legislador di-lo expressamente, o que não fez no caso dos Despachantes Oficiais (Vide artº. 7.2 do Dec. Lei 452/99 Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e nº. 2 do artº. 1 do Dec. Lei 229/2004 de 10.12 Regime Jurídico das Sociedades de Advogados). Porém,

4- DA LEI E DA JURISPRUDÊNCIA

Como atrás ficou expressamente referido em (1), não é essencialmente da natureza civil ou comercial das sociedades que lhes resulta o regime que deve ser aplicado. Com efeito,

Se a sociedade for comercial, não existem dúvidas que lhes devem ser aplicado o Código das Sociedades Comerciais. Todavia,

“As sociedades que tenham exclusivamente por objecto a prática de actos não comerciais podem adoptar um dos tipos referidos no nº. 2 (tipos de sociedades comerciais), sendo-lhes nesse caso, aplicável a presente lei”,

como expressamente consta do nº. 4 do artº. 1 do

C.S.C..

Quer dizer,

Mesmo que uma sociedade não seja comercial, se

adoptou na sua constituição um dos tipos de sociedades previstas no Código das Sociedades Comerciais, é-lhe aplicável este Código.

No caso, a sociedade de Despachantes Oficiais foi constituída, sobre o tipo de sociedade por quotas.

Foi-o em estrita obediência ao Anexo que estabeleceu o Regulamento das Sociedades de Despachantes Oficiais e seus Empregados, aprovado pelo Dec. Lei 513-F-1/79 de 27 de Dezembro.

No artigo 11 do citado Regulamento consta expressamente: **“Em tudo não expressamente previsto neste Regulamento prevalecerá a lei geral aplicável às sociedades por quotas de responsabilidade limitada”.**

Ora,

Do Regulamento não só não estão excluídas as responsabilidades das sociedades perante terceiros, como nele se consigna que às sociedades de DO é aplicável a lei geral das sociedades por quotas, isto é, não só a sua regulamentação específica, mas também a Parte Geral a que está subordinado tal tipo de sociedade, nomeadamente no caso, o instituto da prescrição.

Diga-se entretanto que tal solução se manteve, mesmo após a revogação do Decreto que aprovou tal Regulamento, uma vez que no diploma actualmente em vigor (Dec. Lei 449/99 e 73/2001 vide 3 do seu artigo 3), se mantém que **“as sociedades profissionais de despachantes oficiais assumirão a forma de sociedades por quotas...”**

A forma clara e unívoca como tais dispositivos estão redigidos, demonstram que o legislador pretendeu que as sociedades de Despachantes Oficiais ficassem submetidas ao regime das sociedades comerciais por quotas, uma vez que não ignorava que, noutras actividades, havia optado por considerar as respectivas sociedades como civis. Aliás, É nesse sentido a jurisprudência conhecida (Ac. S.T.J. de 19.3.87 in BMJ e Ac. R. Lx. 6.3.86 in C.J. 1986 T2.

Assim e

5- EM CONCLUSÃO

A - Não é a natureza comercial ou civil que, em primeira linha define o regime jurídico a que as Sociedades ficam sujeitas.

B - A actividade desenvolvida pelos Despachantes Oficiais, tendo embora uma vertente pública, quando exercida em sociedade, fazem com que esta configure uma verdadeira sociedade comercial.

C - Às sociedades comerciais é aplicável o Código das Sociedades Comerciais.

Sem prescindir,

D - Independentemente de praticarem ou não actos de comércio, as sociedades que adoptem um dos tipos referidos no C.S.C., ficam sujeitos a este dispositivo legal (4. artº 1).

E - Por imperativo da lei, primeiro o Regulamento anexo ao Dec. Lei 513/F-1/79 de 27.12 e depois por força do Estatuto dos Despachantes Oficiais (Dec. Lei 445/99 e 73/2001), as sociedades de Despachantes Oficiais, foram e são obrigados a constituírem-se sob o regime das Sociedades por Quotas.

F - O Regime das Sociedades por Quotas inclui não só a sua parte especial, como a parte legal do C.S.C.,

G - onde se inclui o regime da prescrição que, se for caso disso, deve ser aplicado.



**Quer mais rápido?
Quer mais simples?**

CAUÇÃO COSEC é isso!

Para todos os tipos de garantias:

Empreitadas e Obras Públicas

Fornecimentos

Reembolso do IVA e Fiscais

Aduaneiras e Comunitárias

**Diversifique as fontes
Mantenha intacta a sua capacidade creditícia**

Consulte-nos pelo telefone 800 20 32 89 ou em www.cosec.pt



F. REGO CORRETORES DE SEGUROS
INSURANCE BROKERS



F. REGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 · Av da República, 740 · 2º s. 23-25 · 4431-967 V. Nova Gaia · Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 · Fax +351 22 374 57 69 · geral@frego.pt · www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRANSITÁRIOS

notícias internacionais

Consciente que só do contacto Internacional, do acompanhamento dos vários dossiers desde o seu início, poderá a CDO intervir a esse nível e no âmbito interno da forma conveniente aos interesses da nossa actividade profissional e da economia Portuguesa e Comunitária, faz questão o Conselho Directivo de participar em todas as reuniões, promovidas a nível da União Europeia ou Internacional, onde se discutam as grandes linhas de orientação profissional e do Comércio Global.

Participou assim a CDO, umas vezes integrando a Confiad, outras como membro de várias Organizações Internacionais, outras a convite da própria Administração Portuguesa, em vários encontros e Work shops, nomeadamente promovidos pela TAXUD e DGTRADE e que a seguir se referem:



Reunião do CITI 22/2/2005 - Bruxelas
Seminário Modernização do CAC- 11 e 12 /3/2005 - Budapeste
Seminário Implementação da e-Alfândega - Plano estratégico multi-anual 9/4/2005 - Wroclaw
Seminário Implementação do DU , reforma e harmonização da pré-chegada e pré-saída 13 a 15/4/2005 - Vilnius

Reunião do CITI 9/5/2005 - Bruxelas
Reunião do CITI 9/9/2005 - Bruxelas
Reunião do CITI 14/11/2005 - Bruxelas
Assembleia Geral 30/11/2005 - Bruxelas



Reunião do Conselho Directivo 15/4/2005 - Lisboa

Conferência Associação da Turquia 14/5/2005 - Istambul
Reunião do Conselho Directivo 10/9/2005 - Gent
Assembleia Geral e Conselho Directivo 19/11/2005 - Moscovo



Reunião anual e Conselho Directivo 21 e 22/6/2005 - Bruxelas



notícias nacionais

AUMENTO DO IVA AGRAVA FUGA E EVASÃO FISCAL NAS TRANSACÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS E INTERNACIONAIS

ASSOCIAÇÕES APELAM A UMA MAIOR FISCALIZAÇÃO NO TRÁFEGO DAS MERCADORIAS

A **CDO** (Câmara dos Despachantes Oficiais) em consenso com a **CIP** (Confederação da Indústria Portuguesa), a **AGEPOR** (Associação dos Agentes de Navegação de Portugal) a **ANTRAM** (Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias) a **APAT** (Associação dos Transitários de Portugal), a **ACL** (Associação Comercial de Lisboa), a **ACP** (Associação Comercial do Porto), a **CPDL** (Comunidade Portuária de Leixões) e a **CPL** (Comunidade Portuária de Lisboa), alerta que o aumento do IVA vai incrementar a verdadeira fraude fiscal que se verifica principalmente no âmbito dos impostos indirectos, designadamente em sede de IVA e dos impostos especiais sobre o consumo.

Implementar um regime de fiscalização multidisciplinar, pensado para actuar no terreno de harmonia com as características das vias de comunicação nacionais, é uma das principais medidas que estas associações sugerem para inverter esta situação.

De cada vez que se aborda o tema da fraude e da evasão fiscais cai-se sempre no mesmo erro de circunscrevê-lo à fuga do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito dos impostos directos.

Porém, não é aí que o problema toma a sua verdadeira e grandiosa dimensão. A verdadeira fraude fiscal verifica-se no âmbito dos impostos indirectos, designadamente em sede de IVA e dos impostos especiais sobre o consumo.

A eliminação das fronteiras físicas e fiscais na Europa Comunitária, em 1993, não foi acompanhada das medidas adequadas à defesa dos Orçamentos dos Estados Membro e de protecção dos interesses dos cidadãos contribuintes.

As transacções intracomunitárias fazem-se sem qualquer tipo de controlo e inerente pagamento do IVA, apesar de competir a cada Estado Membro a tomada de medidas adequadas a exigir o cumprimento dessa obrigação fiscal.

A nível do comércio internacional, a situação é ainda mais grave. Isto porque a dualidade de critérios permitida pela 6ª Directiva do IVA propicia a fraude e a evasão fiscais e, ainda, cria situações de concorrência desleal, desvio de tráfego e outros malefícios directos e indirectos.

Concretizando a referida dualidade, uma mercadoria destinada ao consumo em Portugal e originária de um país terceiro, tem tratamento fiscal desigual, e fortemente penalizador, se chegar directamente a um porto (aeroporto ou terminal) português, relativamente a uma outra que seja primeiramente descarregada num qualquer porto da União Europeia.

Isto acontece porque, contrariamente à lógica dos nossos interesses, a mercadoria chegada a um porto português tem de pagar, no acto da importação (à cabeça), o IVA, o que não é exigível no segundo caso.

Todas as Associações envolvidas, que estão unidas num esforço único para alterar a actual situação, acreditam que o Governo português centrará também a sua atenção nesta importante área, a qual tem influência directa no incremento das nossas exportações.

Consequências da actual situação:

- 1) A passagem das mercadorias por portos comunitários para consumo em Portugal, transforma as importações, para este efeito, em transacções intracomunitárias, pelo que, como atrás foi referido, nessas só paga IVA quem quer, for honesto ou não tenha outra saída.

- Consequência: PERDA DE RECEITAS DE IVA.

- 2) Este sistema incentiva a contratação de transportes de outro Estado Membro, designadamente que opere através dos portos de Rotterdam, Anvers, Algeiras, Vigo, etc., logo transportadores estrangeiros em desfavor de armadores e transportadores nacionais.

- Consequência: PERDA DE CONTRATOS DE TRANSPORTES COM OPERADORES NACIONAIS.

- 3) Relevantes e exponencialmente crescentes são os prejuízos que sofrem os portos portugueses, que cada vez tem menos movimento de navios e mercadorias, ao contrário dos portos acima referidos.

- Consequência: PERDA DE MOVIMENTO DOS NOSSOS PORTOS.

- 4) Todas as actividades ligadas ao comércio internacional sofrem directamente as consequências desta errada política, que promove o desemprego e a deficitária laboração das empresas especializadas nesta área;

- Consequência: PERDA DE POSTOS DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELAS EMPRESAS DO SECTOR.

- 5) Se as mercadorias chegassem directamente aos portos portugueses, independentemente de serem, ou não, aqui consumidas, a Administração Aduaneira, ao proceder à cobrança dos recursos próprios comunitários (direitos aduaneiros), teria direito a um "rappel" de 25% sobre estes, o que representa uma receita de relevo.

- Consequência: PERDA DE 25% SOBRE OS DIREITOS ADUANEIROS COMUNITÁRIOS COBRADOS.

- 6) As empresas que não declaram as suas transacções para não pagar IVA, também não pagam IRC, pois não existindo negócios não há receitas nem matéria colectável e daí a inerente fuga ao IRC;

- Consequência: PERDA DE RECEITAS EM IRC.

- 7) Não existindo declaradamente receitas também não pode haver despesas, portanto não se podem pagar oficialmente os salários aos seus trabalhadores. Recorre-se, por isso, à contratação de trabalhadores, pagando-se salário mínimo e o restante "por fora"; ou, pura e simplesmente contrata-se pessoal "desempregado" ou que recebe subsídio de desemprego ou doença, pagando o salário "particularmente".

- Consequência: PERDA DE RECEITAS DA SEGURANÇA SOCIAL E DE IRS.

- 8) Todas as situações referidas promovem concorrência desleal entre os agentes económicos, com as consequências conhecidas o que, no actual momento, podia ser evitado mediante a adopção de políticas adequadas.

- Consequência: DESEMPREGO E FALÊNCIA DAS EMPRESAS.

- 9) É evidente também a existência de exploração de mão obra barata, face à comparticipação do Estado através do subsídio de desemprego ou doença.

- Consequência: AUMENTO DOS ENCARGOS DA SEGURANÇA SOCIAL.

Para ultrapassar esta situação, a Câmara dos Despachantes Oficiais em conjunto com as restantes Associações sugerem algumas medidas:

- 1ª) Estudar e implementar um regime de fiscalização multidisciplinar, credível, eficiente e adequado aos fins em vista, pensado para actuar no terreno de harmonia com as características das nossas vias de comunicação;

- 2ª) Adaptar o regime de exigibilidade do IVA na importação à realidade dos interesses do nosso País;

- 3ª) Criar uma vigilância fiscal e aduaneira virada para a actuação nas empresas, de âmbito pedagógico e sancionatório.

O investimento no combate à fraude e evasão fiscais tem como retorno um valor sempre incomensuravelmente maior. Os ganhos para o País serão ainda mais recompensadores no contexto social e económico.

*Haverá
alguma sabedoria
que não se aplique
à vida?*

[Henry Thoreau - filósofo]



O conhecimento é algo que se renova a cada momento. Mas não é só por se viver em constante mudança e evolução que os resultados de hoje invalidam os conhecimentos de ontem.

Se hoje estamos onde estamos, é porque, no passado, alguém nos deu um ponto de partida. E é a partir desse ponto que conseguimos traçar novos rumos e estabelecer novas metas. No nosso caso, a meta será sempre a sua satisfação.

No Banco Espírito Santo, provamos todos os dias que a verdadeira sabedoria é saber aplicá-la.



BANCO ESPÍRITO SANTO

Quem sabe, sabe e o BES sabe.

notícias nacionais

X Congresso Nacional dos Transitários

A 21 e 22 de Outubro último realizou-se em Albufeira o X Congresso Nacional Dos Transitários que teve como lema "Transitário Logística e Estratégia" querendo deste modo realçar esta nova área de negócio tão importante para a actividade transitária. A cerimónia de abertura foi presidida pelo Presidente da APAT Henrique Cardoso, estando ladeado pela Secretária de Estado dos Transportes Ana Paula Vitorino, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira Desidério Silva, Sub-Director Geral dos Transportes Terrestres Fernando Cunha, Presidente do Conselho Directivo da CDO Fernando Carmo e Caíres Figueira Presidente da Mesa de Transitários na ACIF (Madeira). Para além da assinatura e formalização do Protocolo de Cooperação entre a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e a APAT, as várias intervenções e debates foram enriquecedoras não só por terem "evidenciado as fraquezas, mas também as forças da actividade transitária".

Acima de tudo "discutiu-se o futuro", não obstante as dificuldades sentidas no momento presente, havendo que estar atentos às mudanças que ocorrem a cada dia que passa.

Segundo o Presidente da APAT, a grande conclusão a tirar deste Congresso é que "podemos e devemos procurar ser bons no que fazemos", dando especial ênfase ao investimento que as empresas terão de fazer não só em equipamentos como na formação profissional.

Henrique Cardoso terminou a sua intervenção afirmando: "Gostei de saber que, apesar de tudo, muitos transitários portugueses ainda são empresas rentáveis, saudáveis e com dinamismo. Gostei de saber que, embora de dimensão diferente, também somos fortes de modo diferente. Gostei de verificar mais uma vez que os empresários do nosso sector teimam em ter sucesso".



Revolução no NSTI - GESTÃO DE GARANTIAS

Na procura de uma maior eficiência na prevenção e combate á fraude, aliados às constantes inovações tecnológicas foi reformulado o sistema de controlo de garantias, no âmbito do NSTI.

Para tal foi criado um processo automático de Gestão de Garantia, por meios electrónicos, que inclui a troca de mensagens entre Operadores e Alfândegas, com momentos precisos de débito e crédito.

A gestão da garantia é feita automaticamente pela administração, sendo o montante garantido efectivamente liberado só após o registo de aviso de chegada, impedindo assim que o valor de referência seja ultrapassado e proporcionando um correcto funcionamento do sistema, com maior segurança para todos os interessados.

Salienta-se que o montante da Dívida é calculado tendo em conta quer o Valor Aduaneiro, quer a Nomenclatura Combinada.

É um desafio para todos os operadores, que deverão repensar:

- Os montantes de referência
- A utilização das garantias

É mais um passo no caminho da simplificação do NSTI.



Guia Certificação de Qualidade

No âmbito do projecto Aliança para o Comércio Global, e em parceria com o IPQ, foi editado o Guia Interpretativo das Normas de Certificação de Qualidade para Despachantes Oficiais.

notícias nacionais

- A CDO no Conselho Superior Associativo da AEP

- A CDO requereu a sua admissão, o que lhe foi concedido, ao Conselho Superior Associativo da AEP, tendo já participado em várias reuniões.

Calendário e temas dos Plenários do CSA em 2005.

17 de Março - "A Internacionalização das empresas portuguesas e o papel das Associações Empresariais".

20 de Maio - "O futuro da actividade turística em Portugal e o papel das Associações Empresariais".

26 de Setembro - "A inovação nas empresas portuguesas e o papel das Associações Empresariais".

21 de Novembro - "As tecnologias de Informação, a gestão das empresas portuguesas e o papel das Associações Empresariais".

Projecto PIP'e nos Portos Nacionais

A CDO tem participado em várias reuniões e acompanhado o processo de informatização dos portos, designadamente a elaboração do Protocolo respeitante á informatização dos documentos de transporte.

ÚLTIMA HORA

O Presidente do Conselho Directivo, Dr. Fernando Carmo, acaba de ser eleito Presidente do CITI (Comissão Aduaneira) do Clecat.

Tal facto, com significativo prestígio pessoal e extraordinariamente honroso para a CDO, faz prever que com a simultaneidade da Presidência da Confriad, se consiga uma voz unânime na defesa dos interesses profissionais dos Despachantes Oficiais junto da Comissão Europeia e uma cada vez maior colaboração, a nível Nacional com a DGAIEC.

formação

No âmbito das preocupações que sempre o orientam, no sentido do adequado posicionamento da nossa actividade, o Conselho Directivo promoveu durante o corrente ano, os Cursos de Formação que a seguir se mencionam, especialmente vocacionados para as áreas das Novas Tecnologias, do Futuro da profissão e da Actualização de conhecimentos:



CURSO DE INGLÊS TÉCNICO

Com perfeito conhecimento de que o uso da língua inglesa passou a ser universal, sendo o seu domínio de utilização maioritariamente obrigatório, aquando do recurso aos meios, instrumentos e sistemas informáticos, a CDO promoveu um Curso de Iniciação ao Inglês Técnico, que decorreu de Janeiro a Junho do corrente ano.

CURSO DE ACTUALIZAÇÃO DE DESPACHANTES OFICIAIS

Realizou-se em Setembro e Outubro do corrente ano, em conformidade com o disposto no Estatuto dos Despachantes Oficiais, o II Curso de Actualização para Despachantes Oficiais, tendo os temas escolhidos merecido o agrado geral.

CURSO DE FORMAÇÃO EM COMÉRCIO INTERNACIONAL

A CDO levou a efeito nos meses de Maio e Junho do ano corrente nas suas instalações de Lisboa e do Porto, um Curso de Formação em Comércio Internacional, com formadores reconhecidos e altamente qualificados e tendo como objectivo proporcionar aos participantes formação complementar no domínio do comércio internacional, nas suas vertentes técnica, económica e jurídica.

O Programa foi composto por seis módulos:

- I- O Comércio Internacional e os blocos de integração económica.
- II- A incerteza e o risco nos negócios internacionais sua gestão.
- III- Incoterms de 2000.
- IV- Pagamentos internacionais.
- V- Seguros
- VI- Contratos Internacionais



www.global-trade-alliance.com

- Concluiu-se em Março, o nosso portal www.global-trade-alliance.com.

Foi o mesmo objecto de ampla divulgação Nacional, tendo a CDO promovido várias acções percorrendo todos os distritos de Portugal Continental, tendo participado com stands nas Feiras Mocap - Edifício da Alfândega do Porto, Expo-Cozinhas Exposalão - Batalha, e Agro 2005 no Parque de Exposições de Braga, promoveu ainda Seminários para apresentação do portal em colaboração com as associações empresariais das seguintes cidades

:
 AIA - Ass. Industrial de Águeda
 AIC - Ass. Industrial de Coimbra
 AIP - Ass. Comercial do Porto - Palácio da Bolsa
 AIRVISEU - Ass. Empresarial da Região de Viseu
 APPICAPS - Ass. Ind. Prod. Calçado - Alfândega do Porto
 EXPO-SALÃO - Batalha
 ICC - Câmara de Comércio Internacional
 Ass. Comercial de Lisboa

NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança
 NERVIR - Núcleo Empresarial de Vila Real

PEB - Parque Exposições de Braga - A. I. Minho

Percorreu o resto do País um «Road-Show» que usando uma viatura especialmente preparada para o efeito fez apresentações nos centros das seguintes cidades:

Almada, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Setúbal, Santarém.

Ainda que sejam já perceptíveis as acções de recurso ao referido portal, o mesmo por questões técnicas, encontra-se ainda, nalgumas áreas em fase de conclusão.

Nesse âmbito, foi recentemente entregue à CDO pelo IPC o guia de certificação de qualidade do Despachante Oficial, o qual está em fase de concurso público.



Listagem de D.O.'s

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
 ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
 ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO
 ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
 ADELINO INFANTE GOUVEIA
 ADÉRITO NUNES MONTEIRO
 ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
 ADRIANO GOMES PINHAL
 AFONSO PINTO DE OLIVEIRA
 AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO
 AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS
 ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
 ALBERTINO FERREIRA DA SILVA
 ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
 ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
 ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
 ALBERTO FARINHA RODRIGUES
 ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO
 ALBERTO JOSÉ VIEIRA
 ALBERTO PINTO DE CARVALHO
 ALBERTO PIRES BAPTISTA
 ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
 ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA
 ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
 ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
 ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO
 ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO
 ALFREDO DOS SANTOS MELLA
 ALFREDO SOARES FERREIRA
 ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
 ALVARO FERNANDES CASTELA
 ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
 ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
 AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
 AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR
 ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
 ANGELO ROSA PIRES
 ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
 ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
 ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA
 ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
 ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
 ANTÓNIO BRAGA BARROS
 ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
 ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
 ANTÓNIO CÉSAR ALVES MORAIS PEREIRA
 ANTÓNIO COELHO BARBOSA
 ANTONIO DIOGO CAVACO
 ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
 ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
 ANTONIO FERNANDES
 ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
 ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
 ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO
 ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE
 ANTÓNIO GIL TADEU
 ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE
 ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
 ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
 ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
 ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS
 ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
 ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES
 ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA
 ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
 ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA SEMEANO

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO
 ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA
 ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
 ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
 ANTÓNIO MADEIRA CASTELO BRANCO
 ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
 ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
 ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES
 ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
 ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
 ANTÓNIO MENDES DUARTE
 ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
 ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
 ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
 ANTONIO MORGADO MACEDO
 ANTÓNIO NEVES PINTO
 ANTÓNIO OLIVEIRA RIBEIRO
 ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
 ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA
 ANTONIO PEREIRA LOPES
 ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA
 ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
 ANTÓNIO ROSA NUNES
 ANTONIO ROSA DOS SANTOS
 ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
 ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO
 ANTÓNIO DA SILVA PRATES
 ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
 ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA
 ANTONIO DA VEIGA FREIRE
 ANTONIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO
 ANTONIO VITOR DE MESQUITA FERREIRA
 ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 ARLINDO NUNES CASTELÃO
 ARMANDO ALBERTO SIMOES PEREIRA
 ARMANDO AUGUSTO TROVISCO AIRES
 ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
 ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE
 ARMANDO DA SILVA AMARAL
 ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA
 ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
 ARMINDO CORREIA LEITE
 ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
 ARTUR MARQUES RODRIGUES
 ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
 AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
 AUGUSTO MARTINS VIEGAS
 AUGUSTO DA SILVA QUINTAS
 AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
 AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
 BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO
 BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
 BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
 BENJAMIM VALENTE
 BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
 BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
 CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
 CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
 CANDIDO JOSE MENDES MAURICIO
 CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
 CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO
 CARLOS ALBERTO CONSTANTE DOMINGUES
 CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
 CARLOS ALBERTO DIAS AMADO
 CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
 CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES
 CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
 CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DUQUE
 CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
 CARLOS ALBERTO PIRES LEMOS
 CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES

CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
 CARLOS ALVES COELHO FARIA
 CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
 CARLOS CIPRIANO DA COSTA
 CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
 CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
 CARLOS LUIS PEREIRA
 CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
 CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
 CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
 CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
 CARLOS MANUEL DE JESUS FERNANDES
 CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
 CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
 CARLOS MANUEL ROLO BEATO
 CARLOS PEREIRA DA SILVA
 CARLOS R. DE VILHENA DE OLIVEIRA DE ANDRADE BOTELHO
 CASTOR JOAQUIM CALDEIRA SANTANA
 CELESTINO PEDRO RAMOS
 CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
 CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA
 CUSTÓDIO PEREIRA FERREIRA
 DANIEL DA COSTA RODRIGUES
 DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
 DANIEL DA SILVA BASTOS
 DAVID MANUEL DE ABREU
 DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
 DELFIM MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
 DIOGO ALBERTO CASAI FERNANDES MAGALHÃES
 DOMINGOS ANTÔNIO NEVES PINTO
 DOMINGOS CAETANO RAMOS PEREIRA
 DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA VALENTE
 DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
 DUARTE VELADA ROSADO
 EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
 EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
 EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
 EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
 EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
 EDUARDO DA SILVA RANGEL
 ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO
 ELISIO NOGUEIRA CARDOSO
 EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
 EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
 ERNESTO FERNANDO RODRIGUES GONÇALVES
 ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RÊLVAS
 EUGÊNIO MORGADO BARRÃO DA SILVA
 EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
 FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
 FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO
 FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
 FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
 FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA
 FERNANDO ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS
 FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
 FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES
 FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
 FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA
 FERNANDO DIAS MOREIRA
 FERNANDO DIAS DOS SANTOS
 FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
 FERNANDO DA ENCARNAÇÃO CARRILHO
 FERNANDO EUGENIO DE ABREU
 FERNANDO GONÇALVES DIAS
 FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO JORGE MARTINS FERREIRA DE BRITO
 FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO
 FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO

FERNANDO LOPES ROSA
 FERNANDO LUÍS SILVA TAVARES
 FERNANDO MANUEL DO CARMO
 FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
 FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
 FERNANDO MANUEL PEREIRA TAVARES
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
 FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
 FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO
 FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO
 FERNANDO MORAIS DE ALMEIDA AGUIAR
 FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
 FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
 FERNANDO DO REGO DE AMORIM
 FERNANDO REIS DINIZ
 FERNANDO DE SOUSA LOPES
 FERNANDO VENTURA LAGE
 FRANCISCO ANTÔNIO VAZ RATO VIDINHA
 FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
 FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
 FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE SENA
 FRANCISCO VARANDAS FERNANDES
 GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
 GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
 GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
 HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO
 HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
 HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
 HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
 HERCULANO JOSÉ POMBINHO
 HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
 HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
 HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
 HUMBERTO HILARIO PINTO
 HUMBERTO RESENDES DE MELO
 ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
 IVO CANDEIAS ANICETO
 JACINTO CABRAL TRAVASSOS
 JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
 JAIME PEREIRA GREGORIO
 JAIME SIMÃO CARNEIRO
 JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
 JOAO ALVES FEVEREIRO
 JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA
 JOAO ANTONIO DE SOUSA
 JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
 JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA
 JOAO BARATA FERNANDES
 JOAO CAIRES CORREIA
 JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
 JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
 JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
 JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA
 JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
 JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA
 JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
 JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO
 JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
 JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA
 JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS
 JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA
 JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
 JOAO LUCIO DA COSTA LOPES
 JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA
 JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
 JOAO LUIS MANTA PEREIRA
 JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM
 JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
 JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER

JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
 JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
 JOAO MANUEL PIRES
 JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
 JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA
 JOAO MANUEL RODRIGUES CANELAS
 JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS
 JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
 JOAO MARIA MARTINS BAIONETO
 JOAO MENDONÇA CORREIA
 JOAO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES
 JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA
 JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
 JOÃO PEDRO DA ROCHA BARROS
 JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
 JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
 JOAQUIM ANTÔNIO FERREIRA DE MATOS
 JOAQUIM ANTONIO LOPES BRAGA
 JOAQUIM ANTÔNIO NUNES REBORDÃO
 JOAQUIM DE BRITO MENDES
 JOAQUIM CARDOSO CORREIA
 JOAQUIM FERNANDES DE ABREU
 JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS
 JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
 JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
 JOAQUIM MARIA DA COSTA
 JOAQUIM MARQUES
 JOAQUIM ROSA GONÇALVES
 JOAQUIM TEIXEIRA DE CARVALHO BRITES
 JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
 JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
 JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
 JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
 JORGE LEAL REBELO VIEIRA
 JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
 JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
 JORGE MANUEL PIÇARRA SÃO MARCOS
 JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
 JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
 JORGE MARIO DA SILVA LAROZE ROCHA
 JORGE MARTINS DIONISIO
 JORGE MOREIRA RAPOSO
 JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
 JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
 JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA
 JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO
 JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA
 JOSÉ ANTÔNIO GUEDES VAZ DE SÁ CARNEIRO
 JOSÉ ANTÔNIO MARQUES ANTUNES
 JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO
 JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS
 JOSÉ ANTÔNIO SOARES ARRUDA
 JOSE ARNALDO SOUSA TUNHAS MAYAN COSTA
 JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA
 JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES
 JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
 JOSE AUGUSTO RODRIGUES GOMES
 JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO
 JOSE BARROS DA ROCHA
 JOSE CARLOS CARRILHO PINTO
 JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE
 JOSE EDUARDO LEAL MOITA
 JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS
 JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
 JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
 JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS
 JOSÉ FILIPE ROBALO
 JOSE DA FONTE E CASTRO
 JOSÉ GATO DOS SANTOS
 JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS

JOSE HENRIQUES FERNANDES LOPES
 JOSE HENRIQUES DOS SANTOS
 JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR
 JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES
 JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
 JOSE JOAO BRAS MATIAS
 JOSE JOAO RODRIGUES CENTENO
 JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
 JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA
 JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
 JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS
 JOSE LUIS FLOR DE PINHO MARQUES
 JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
 JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS
 JOSE LUIS PINHO FERREIRA
 JOSE MACHADO MIRANDA
 JOSE MACHADO DA SILVA
 JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES
 JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDERO
 JOSE MANUEL DINIZ MARIA
 JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
 JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
 JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
 JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS
 JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO
 JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS
 JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS
 JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
 JOSE MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL
 JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
 JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO
 JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
 JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO
 JOSE MARIA LOPES ZACARIAS
 JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
 JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
 JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA
 JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO
 JOSE OSCAR DE MACEDO ALVES
 JOSE DE PAIVA LIMA
 JOSE PINTO DE OLIVEIRA
 JOSE RAMOS MARTINS
 JOSE RAUL DE SOUSA PINTO
 JOSE RIBEIRO ALVES
 JOSE DA ROCHA MONTEIRO
 JOSE RODRIGUES SOARES
 JOSÉ SANTOS FERREIRA
 JOSÉ DA SILVA NUNES
 JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA
 JOSE VIDEIRA MARQUES
 JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA
 JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
 JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA
 JULIO DINIS ESTEVES PEREIRA
 JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO
 LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
 LUDGERO AGOSTINHO LUIS
 LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
 LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO
 LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
 LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA
 LUIS AUGUSTO DUARTE
 LUIS DE DEUS
 LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES
 LUIS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS
 LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
 LUIS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO
 LUIS DE JESUS RODRIGUES
 LUÍS JORGE XAVIER RIJO
 LUIS MANUEL JESUS DA COSTA

LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
 LUIS ORNELAS GLÓRIA
 LUIS DA PURIFICAÇÃO MERINO
 LUIS SILVA DA CUNHA GONZAGA
 LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
 MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
 MANUEL ALVES SIMOES
 MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
 MANUEL ANTONIO LADEIRAS
 MANUEL ANTUNES DO AMARAL
 MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
 MANUEL AUGUSTO ROCHA
 MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA
 MANUEL FELISBERTO DA ENCARNÇÃO
 MANUEL FERNANDES TAVARES
 MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
 MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 MANUEL FERNANDO LOPES
 MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
 MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS
 MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES
 MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL JOSE SOUSA SOUTO DEL RIO
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA
 MANUEL MONTEIRO DA SILVA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL OLIVEIRA MARTINS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARIA CRISTINA VITORINO DE CASTRO
 MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL
 MARIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MÁRIO ANTÓNIO ROSA DE MATOS OLIVEIRA
 MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MARIO AUGUSTO NETO BARROCA
 MARIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE D'ALMEIDA
 MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
 MARIO GABRIEL DOS SANTOS BARBOSA CARDOSO
 MARIO DO NASCIMENTO GOMES
 MARIO NEVES DA SILVA
 MARIO NUNES MENDES
 MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO
 MARIO DE SOUSA GONÇALVES
 MARIO VASCO CANHAO PAIXAO
 MIGUEL TEODORO DE MELO
 MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS
 NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA
 NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO
 NELSON RAUL DOS SANTOS FERREIRA
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
 ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
 OSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO

PAULA M. RAMADA LEITE DA COSTA LOPES SANTOS VICENTE
 PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
 PAULO JORGE MENDES PIRES
 PAULO JOSE BORGES DE LIMA
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
 PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
 PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
 QUINTINO COSTA VELHO
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO
 RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO GUIMARAES
 RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
 RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
 RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
 RUI HELDER DA COSTA SANTOS
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
 RUI MENDES FERREIRA
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
 RUI PEREIRA PATO
 RUI SOARES FERNANDES
 SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
 TEODORO HORTA DE MESQUITA
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
 VALDEMAR LUIS DA COSTA
 VASCO DE ALMEIDA
 VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES
 VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
 VICTOR MANUEL FERREIRA DE MELO BARRETO
 VILMARO RIBEIRO DE QUEIROS
 VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
 VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS
 VITOR MANUEL OSORIO GEADA
 VITOR MANUEL PEREIRA FERREIRA
 VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
 ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

Novos despachantes

LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
 HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL
 LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
 JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA

Suspenderam actividade

CARLOS JOSÉ DA SILVA E SOUSA

Faleceram

JOAQUIM PINTO DE ARAÚJO	7.01.05
CARLOS ACIAIOLI DE SÁ DORIA NOBREGA	6.02.05
MANUEL JÚLIO BRAGA ALVES	20.02.05
JOÃO LUÍS DA ENCARNÇÃO PENISGA	22.07.05
MANUEL JACINTO TOMÁS	10.12.05

reflectindo

Colega e Amigo,

Peço-lhe que, nesta última página do nosso Boletim, me acompanhe e reflecta sobre um tema que, parecendo meramente filosófico, tem pelo contrário, reflexos sérios sobre o nosso quotidiano, o exercício da nossa actividade profissional e sobre a nossa Câmara.

Refiro-me ao conceito de Solidariedade.

Qualquer dicionário nos informa que Solidariedade não é mais que uma ligação recíproca entre pessoas, de forma a evitar que só alguns consigam determinadas vantagens.

Trata-se assim de um conceito bi ou multilateral...que impõe a todos os integrados numa cadeia solidária, o direito a receber, mas também a obrigação de dar.

A classe dos Despachantes Oficiais vem sendo reconhecida como profundamente solidária. Aliás, consta do Estatuto dos Despachantes Oficiais (artº. 16. c) e 22.c)), o dever de cada um ser solidário com os Colegas.

Igualmente do Estatuto da CDO (art.3.i)) consta a atribuição da CDO de reforçar a solidariedade entre os seus membros.

Nesta última vertente, a situação não parece oferecer dúvidas. A CDO disponibiliza a todos por igual, as condições mais adequadas para o exercício profissional e benefícios sociais, sem ignorar que, os meios que para tal efeito dispõe, resultam de um esforço maioritário de alguns.

A grande questão que importa considerar, é essencialmente a de saber se a forma como aqueles que beneficiam de um esforço superior dos outros, lhes retribuem em termos de solidariedade.

E este conceito de retribuição tem a ver essencialmente com a actuação profissional, a forma de angariação de clientes, os preços praticados e o demais que todos conhecemos.

Atrevo-me a dizer que, nesta área, a falta de solidariedade correspondida, integra de forma evidente o conceito de concorrência desleal.

A esta situação temos de pôr fim.

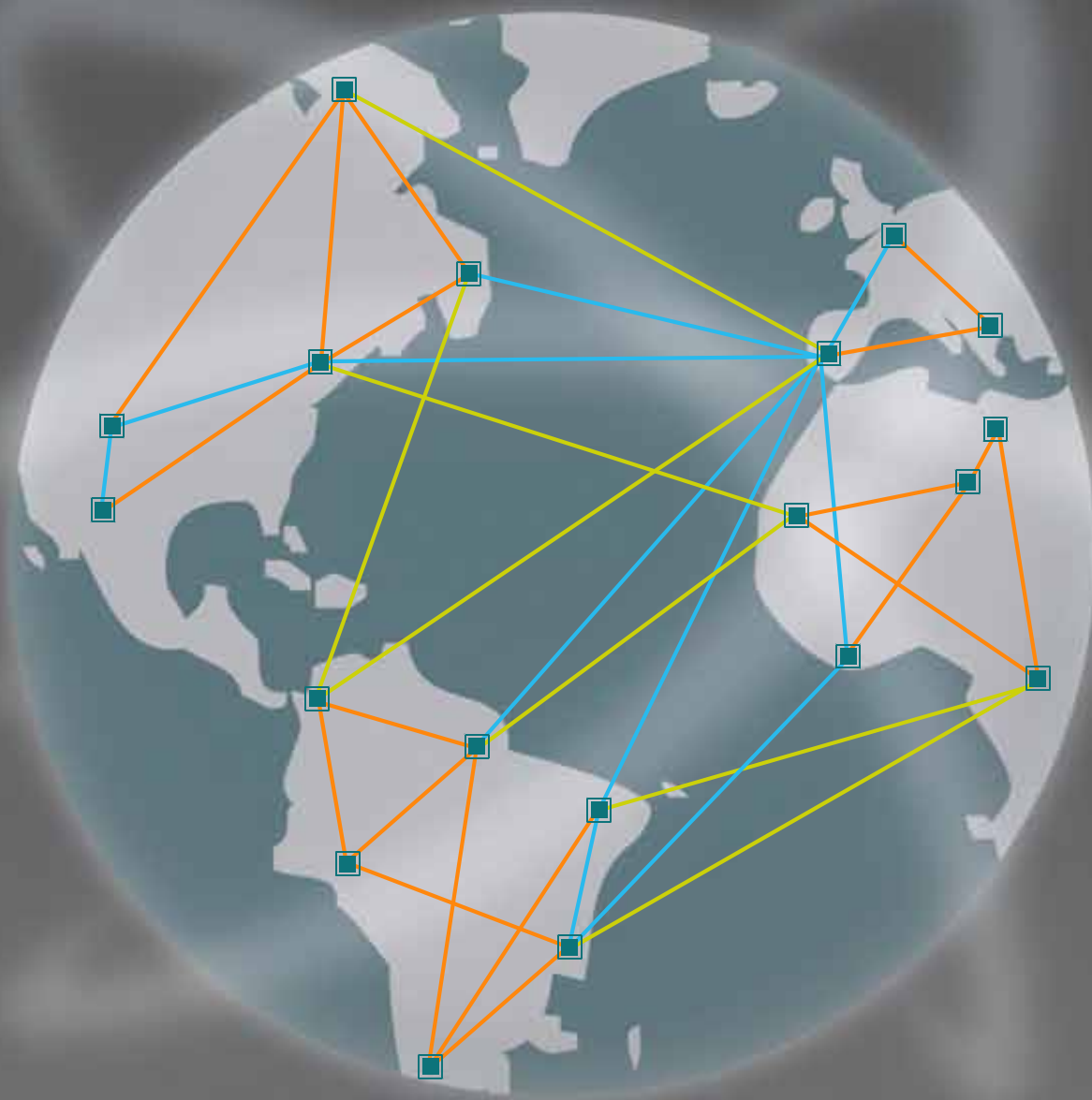
Por iniciativa do Conselho Directivo, estão a ser promovidas reuniões entre os Colegas “seniores”, “juniores” e de “middle age”, em termos de organização profissional claro, onde esta questão não deixará de ter uma especial relevância.

Bom será que sobre ela vamos reflectindo.

Um abraço do

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Francisco', written in a cursive style.

www.global-trade-alliance.com



A economia rumo à internacionalização

 **GLOBAL TRADE ALLIANCE**
WHAT YOU WANT, WHERE YOU WANT
www.global-trade-alliance.com


**CÂMARA
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS**

www.cdo.pt


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional


Portugal em Acção

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
E DO TRABALHO

prime
Programa de Incentivos à
Modernização da Economia